

**Nº17 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 23 de agosto
de 2018. -----**

No dia vinte e três do mês de agosto do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Vice-presidente da Câmara, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.ª Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte de agosto de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ RIBEIRO. --
De acordo com a informação prestada sobre a matéria pelo Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, não estará presente na reunião ordinária do executivo camarário por se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

O período de férias do Senhor Presidente da Câmara foi coordenado, tendo em vista a compatibilização do normal funcionamento dos serviços, sendo assegurada a sua necessária substituição, pelo Vice-presidente da Câmara, com o direito, que a todos deve ser reconhecido, do gozo de férias, em família, nesta altura do ano. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

Na ausência do Presidente da Câmara, a presente reunião foi presidida, pelo Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, substituto legal daquele. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

- Festividades do S. Caetano - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, começou por referir que, desde sempre, vem fazendo, ao longo dos anos, a sua peregrinação ao S. Caetano. -----
Este ano, no âmbito de tal cerimónia religiosa, registou-se uma ausência de apoio aos peregrinos, por parte da Autarquia, facto que constitui uma falha relevante, a qual, no futuro, deve ser colmatada, repondo a prática seguida, sobre a matéria, em anos anteriores. -----

- **Festa dos Povos** - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, começou por registar um voto de reconhecimento, pela competência e pelo esforço desenvolvidos, pela Divisão municipal responsável e respetivos colaboradores municipais, no âmbito da organização da Festa dos Povos. -----

No entanto, a Festa esteve a funcionar com piloto automático. -----

Há alguns aspetos positivos mas, ao mesmo tempo, registaram-se algumas atrapalhações no tratamento do tema histórico, em causa. -----

A animação evidenciou um decréscimo de qualidade, facto que foi constatado pelos inúmeros visitantes da Festa. -----

Esta Festa tem tudo para ser uma grande Festa. -----

Todavia, a mesma deve aportar um melhor enquadramento histórico, sob pena de se caminhar para a sua banalização. -----

O enfoque da Ponte da Ponte Romana deveria ter sido mantido, sendo certo que esta Festa tem todas as condições para ser a verdadeira Festa do Povo. -----

O facto do Senhor Presidente da Câmara ter escolhido o seu período de férias, coincidindo o mesmo com a data de realização da Festa dos Povos, é, à partida, perante a sua ausência, uma atitude de desvalorização do evento. -----

- **Descentralização Administrativa** - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, solicitou esclarecimentos, junto do Vice-presidente da Câmara, sobre a posição que o Município irá adotar relativamente ao procedimento de descentralização administrativa, em curso, considerando a recente publicação do respetivo diploma legal, sua entrada em vigor e calendário, nele, fixado para obtenção de pronúncia das autarquias, sobre a matéria. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

- **Abastecimento de Água à Freguesia de Vilar de Nantes** - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, registou o facto da Freguesia de Vilar de Nantes ter crescido de forma muito significativa, desenvolvendo-se com a consolidação de novos bairros residenciais e consequente aumento da sua população. -----

Partindo de tal realidade, a freguesia, em causa, debate-se, atualmente, com a falta de água, facto que, no passado, não era uma situação tão preocupante. -----

A rede de abastecimento é, atualmente, exígua, particularmente, na localidade de Nantes. -----

Neste contexto, deve ser promovido um entendimento, entre a Freguesia de Nantes e a Câmara Municipal, em vista a que esta última passe a ser responsável, pela gestão e fornecimento de água à freguesia. -----

As nascentes privadas já não podem dar resposta ao abastecimento público de água à freguesia. -----

As constantes roturas e sua pouco eficiente reparação têm privado os residentes da freguesia da utilização regular de tão relevante recurso. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A decisão quanto à propriedade da água deve ser confiada às respetivas populações locais. -----

- 2 - A Freguesia de Vilar de Nantes terá o mesmo tratamento, por parte do Município, relativamente aos demais sistemas de abastecimento público de água que servem as freguesias do Concelho. -----
- 3 - A aposta da autarquia centra-se, sobretudo, numa melhor monitorização do sistema de abastecimento, passando a dispor de um rigoroso levantamento cadastral da rede, permitindo a sua efetiva manutenção e/ou reparação, com ganhos evidentes na diminuição das perdas do próprio sistema de abastecimento público. -----

IV - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

- Organização da Festa dos Povos - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente, teceu os seguintes comentários: -----

- 1 - A Festa dos Povos é um evento que tem enormes potencialidades. --
- 2 - Qualquer Executivo Municipal, independentemente da sua cor partidária, deve potenciar tal evento cultural. -----
- 3 - Este ano formou a convicção que a festa, em causa, evidenciou alguma desorganização. -----
- 4 - De facto, o desfile inicial saiu com um atraso muito considerável.-
- 5 - Por outro lado, o programa não deveria ser omissivo, relativamente ao local onde se realizavam os respetivos eventos, permitindo, assim, uma melhor adesão dos seus visitantes à própria Festa. -----
- 6 - Dever-se-á dar nota de satisfação, sobre a concentração da área da restauração, junto à zona termal. -----
- 7 - No entanto, existiam espaços vazios, junto a tal área de intervenção da festa, desconhecendo-se as razões que deram causa a tal desorganização do espaço físico da Festa. -----
- 8 - O Senhor Presidente da Câmara encontra-se em gozo do seu período de férias. -----
- 9 - No entanto, dada a importância do evento, a ausência do Presidente da Câmara parece apontar para uma certa desconsideração e/ou desvalorização, intencional ou não, do Presidente da Câmara face ao próprio evento. -----
- 10 - Os espetáculos desenvolvidos, ao longo da Festa, evidenciaram alguma improvisação, possivelmente, decorrente de algumas falhas quanto à programação estabelecida. -----
- 11 - Os pequenos pormenores são, regra geral, decisivos para a valorização deste tipo de eventos. -----
- 12 - O programa da Festa deve ser tratado com maior exigência, não só pela dimensão histórica do evento, mas também pelo respeito que o público participante merece. -----
- 13 - No futuro, deve se ponderada a criação de grupos de recreação histórica, devendo, a autarquia, estimular a sua criação, em vista ao seu envolvimento na Festa, facto que iria, seguramente, permitir reforçar, em geral, a participação, em tal evento, da população flaviense. -----
- 14 - As escolas e as crianças poderiam ser envolvidas no próprio desfile, sendo certo que o envolvimento da comunidade é decisivo para a valorização da festa dos povos e para a riqueza histórica da mesma.
- Justificação de falta à Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no pretérito dia 09.08.2018** - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente, justificou, perante o Executivo Municipal, a sua ausência à Reunião de Câmara identificada, em epígrafe, atendendo ao

facto da sua caixa postal eletrónica estar a rejeitar e-mails por ter excedido o limite da capacidade de armazenamento, razão pela qual não teve acesso à convocatória da sobredita reunião e se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

V - INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo dado conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -

a) "7 maravilhas à mesa" - Sobre esta matéria, o Vice-presidente da Câmara deu nota que, no próximo domingo, terá lugar o procedimento de seleção das candidaturas pré-finalistas. -----

Neste contexto, solicitou a participação de todos os Vereadores, no apoio à candidatura apresentada pelo Município de Chaves. -----

b) Exposição de Gravuras do Douro - Sobre esta matéria, o Vice-presidente da Câmara deu nota da inauguração, no pretérito dia 10/08/2018, da exposição identificada em epígrafe, este ano, realizada no edifício do arquivo histórico. -----

Tal evento envolve um número significativo de artistas. -----

c) "Fotografa" - Sobre esta matéria, o Vice-presidente da Câmara deu nota da apresentação, no passado dia 17/08/2018, dos resultados relacionados com a seleção dos trabalhos fotográficos patenteados, no âmbito da iniciativa identificada, em epígrafe. -----

d) Festival Musical N2 - Sobre esta matéria, o Vice-presidente da Câmara referiu que, em termos organizativos e de qualidade, o festival musical N2 foi fantástico. -----

De facto, o número de festivaleiros atingiu, sensivelmente, uma média de dois mil por dia, durante os três dias de duração do Festival, totalizando seis mil festivaleiros. -----

Tal número de participantes é, manifestamente, mais elevado, comparativamente com eventos realizados, no passado, pela autarquia, e de igual natureza. -----

No futuro, sem desvirtuar o modelo do festival, dever-se-á valorizar o cartaz musical, sendo possível, por essa via, alargar o número de festivaleiros. -----

e) Festa dos Povos - Sobre esta matéria, o Vice-presidente da Câmara, em resposta às intervenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Penas e Dra. Manuela Tender, teceu os seguintes comentários: -----

1 - A Festa dos Povos é feita, em parceria com a empresa intermunicipal "EHATB", sendo certo que é esta que se responsabiliza pela contratação da empresa responsável, pela organização da Festa. -----

2 - A contratação de uma nova empresa prestadora de tais serviços provocou, seguramente, algumas perturbações no desenvolvimento no programa de Festa, sendo certo que a avaliação irá ser feita, sobre a matéria, poderá determinar, no futuro, uma maior atenção e exigência no procedimento de contratação da empresa responsável. -----

3 - Registe-se que a empresa contratada mostrou litigância excessiva, entrando em conflito com os próprios serviços municipais, ao ponto de exigir apenas reunir com a direção da "EHATB", facto que veio a provocar algumas falhas na organização da Festa e no desenvolvimento

do seu programa, já que não acatava as orientações técnicas do Município. -----

4 - Esta Festa deve, no futuro, ter uma maior dimensão cultural e um maior envolvimento da população flaviense. -----

5 - A participação das freguesias, no desenvolvimento dos jogos populares, registou, no presente ano, uma fraca adesão. -----

6 - A criação teatral romana poderá ser uma boa iniciativa, contando com o envolvimento das populações locais. -----

7 - Foi, ainda, contratada, à margem das responsabilidades confiadas à empresa organizadora, um grupo de figurantes para reforçar a animação da Festa. -----

8 - Este evento terá sido dos mais participados, facto que denota a criação de raízes da própria festa. -----

9 - Registando-se o crescimento do número de visitantes da Festa, é de admitir que a mesma possa ser desenvolvida e/ou alargada a toda a zona termal e à Ponte Romana. -----

10 - Durante a Festa foram realizados seis desfiles: um desfile às 19 horas e outro às 22 horas, durante todos os dias da Festa. -----

11 - O facto da empresa de animação ser diferente e ser muito resistente ao cumprimento das orientações dadas, sobre a matéria, pelos serviços municipais, provocou algumas dificuldades na gestão do evento. -----

12 - Todavia, a Festa desenvolveu-se com muita segurança e com elevados padrões de higiene e limpeza, particularmente, no que concerne à prestação de serviços de restauração. -----

13 - Por último, houve, também, o cuidado da organização do evento, no sentido de evitar a existência de vendedores não licenciados. ----

f) Descentralização Administrativa - Sobre esta matéria, o Vice-presidente da Câmara referiu que a perceção do Presidente da Câmara tem, sobre este assunto, é de que esta descentralização administrativa diz respeito, apenas, a tudo aquilo que a administração central não quer tratar, sendo perspectivada com as maiores cautelas. -----

A autarquia irá, em tempo oportuno, tomar posição. -----

g) Festividades do S. Caetano. - Sobre esta matéria, o Vice-presidente da Câmara referiu que a responsabilidade, pela organização da festa religiosa, em causa, está confiada à própria Paróquia. -----

A autarquia não se deve substituir à iniciativa e à organização da própria festa religiosa, diga-se, da exclusiva responsabilidade da Paróquia. -----

A autarquia estará disponível para colaborar no evento, prestando o apoio que se mostre necessário, nomeadamente, no que concerne ao apoio a prestar aos peregrinos. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 12 de julho de 2018. -----

Atendendo à ausência de quórum deliberativo, considerando a posição de abstenção dos Srs. Vereadores Eng.ª Paula Fernanda da Mota Chaves, Dra. Maria Manuela Pereira Tender Sr. João Carlos Alves Neves, a ata,

em causa, deverá ser submetida a aprovação, em sede de próxima reunião ordinária do Executivo Municipal. -----

1.2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 09 de agosto de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participaram na votação deste assunto, os Vereadores, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender e Senhor Eng. Victor Augusto Costa Santos em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. AUTORIZAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO FORTE DE SÃO NEUTEL, EM VISTA À REALIZAÇÃO, NO PRÓXIMO DIA 25 DE AGOSTO DE 2018, DO EVENTO DENOMINADO "CORCOVADO FEST". PROPOSTA N. °60 /GAPV/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1. Considerando que, no próximo dia 25 de agosto de 2018, a "OKEY, Comunicação e Produção Cultural" pretende levar a efeito, na cidade de Chaves, o evento cultural designado "Corcovado Fest" (festival musical); -----

2. considerando que tal festival pretende afirmar-se como uma festa cultural para todos os amantes da música e cultura lusófona, promovendo o convívio saudável entre culturas e comunidades, fomentando a tolerância e confluências culturais (cultura portuguesa e brasileira);

3. considerando que o referido evento é também constituído por uma feira gastronómica de iguarias interatlânticas, bem como uma feira dedicada ao artesanato da cultura portuguesa e brasileira; -----

4. Considerando que o "Corcovado Fest" doará €1 por cada bilhete vendido às Associações dos Bombeiros da cidade de Chaves; -----

5. Considerando que o local pretendido para levar a efeito tal festival musical é o "Forte de São Neutel" em Chaves; -----

6. considerando que o espaço afeto ao Forte de São Neutel vem sendo gerido pelo Município de Chaves; -----

7. considerando que o evento, em causa, assume, em face da natureza das atividades a desenvolver, leia-se, culturais, sociais e recreativas, um manifesto e relevante interesse municipal, o qual poderá ser aproveitado pela população em geral, sem restrições; -----

8. Considerando que tal interesse municipal é justificador da concessão de autorização para a ocupação e utilização do espaço, em causa, leia-se, Forte de São Neutel, por parte da empresa "OKEY, Comunicação e Produção Cultural", em vista à realização do festival "Corcovado Fest"; -----

9. considerando, por último, que a autorização em causa, não dispensa a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal a aprovação da seguinte proposta: -----

- a) Que seja adotada deliberação, pelo órgão Executivo Municipal, no sentido de autorizar a ocupação e utilização do espaço - Forte de São Neutel -, a favor da ora requerente, para a realização, no próximo dia 25 de agosto de 2018, do evento denominado "Corcovado Fest"; -----
- b) simultaneamente, que seja reconhecido, pelo órgão executivo camarário, o manifesto e relevante interesse municipal do evento em causa, no âmbito das atividades que irão ser desenvolvidas (atividades de caráter musical, gastronómicas e de artesanato); -----
- c) A autorização para a ocupação e utilização de tal espaço não dispensa a emissão das licenças devidas, designadamente, licença especial de ruído; -----
- d) Caso seja autorizada a ocupação e utilização do espaço - Forte de São Neutel -, nos termos anteriormente sugeridos, a mesma carece do cumprimento de condições, por parte da interessada, tidas como essenciais, a saber: -----
- i) Dever de conservação e ou manutenção do espaço nas mesmas condições em que foi cedido à interessada; -----
- ii) Responsabilização, por parte da interessada, relativamente a todos os danos que, eventualmente, possam ocorrer com projeção no espaço municipal, em causa, durante o período de cedência que venha a ser fixado. -----
- Chaves, 16 de agosto de 2018 -----
- O Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal - (Dr. Francisco Melo) -----
- DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES EXECUTADO: LUÍS FILIPE FERNANDES SILVA - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. INF. 155/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Luís Filipe Fernandes da Silva, documento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 4835/18, datado do pretérito dia 02/05/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 10 prestações do valor em dívida a título de dívidas relativas a consumos de água efetuados e não pagos. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/06/01, a qual recaiu sobre a Informação/Proposta nº 99/2018, produzida por estes serviços, no dia 23/05/2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer.-----

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art.121^a e ss, do Código de Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

II - Da Proposta -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 99/2018, de 23/05/2018;

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 03 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: O correspondente Processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.08.07-----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.07-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.08.07. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE QUEDA; - CEMITÉRIO VELHO. REQ: MARIA DO CÉU BRÁS. INF. 164/DAF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 3452/18, datado do pretérito dia 23/04/2018, Maria do Céu Brás veio requerer que o Município de Chaves assumia as despesas hospitalares, de tratamento e medicação resultantes de uma queda ocorrida no cemitério velho de Chaves. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/07/12, a qual recaiu sobre a Informação n.º 131/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 02 de julho de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. --

3. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, a requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

II - Proposta -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 131/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 02 de julho de 2018; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz -----

d) É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 16 de agosto de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.16-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DATADO DE 2018.08.16. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: MANUEL JOAQUIM FONSECA MARTA - EXECUTADO 1732 -. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

O Executado acima identificado, NIF 191473588, veio, através do requerimento com o registo de entrada nos serviços de atendimento do Município, NIPG 4192/18, no dia 13/04/2018, requerer pagamento em prestações de valor em dívida; -----

Alegando não ter possibilidades económicas que possibilitassem o pagamento em prestações, nos termos do disposto no n.º.5, art 196º do CPPT, o processo foi remetido, para ponderação da situação, à DRHAS, à luz do Regulamento de Atribuição de Apoios a estratos Sociais Desfavorecidos; -----

Tal unidade orgânica - DRHAS -, vem devolver o processo a estes serviços, uma vez que as diligências efetuadas na tentativa de melhor instruir e analisar o pedido se mostraram infrutíferas, conforme consta da informação Técnica n.º 91/SHSDPC 44/18, de 21 de maio de 2018; -----

Em 28 de junho de 2018, veio a ser adotada pelo órgão executivo municipal, deliberação consubstanciada na intenção de indeferimento do pedido formulado, de acordo com os fundamentos constantes da informação técnica n.º. 105/DAF/18, de 07/06/2018; -----

Na sequência da deliberação adotada, estes serviços procederam a várias tentativas de notificação (CTT, Telefone, email) a fim de que o executado pudesse vir a processo, em fase de audiência dos interessados, mas sem sucesso; -----

Consultado o programa de Expediente do Município e decorrido o prazo legal, até à presente data, o executado acima identificado, não deu entrada de qualquer requerimento/documento pelo que se sugere a preparação de decisão, agora, definitiva de indeferimento para a próxima reunião do órgão executivo municipal. -----

Chaves, 16 de agosto de 2018 -----
A Escrivã dos Processos de Execução Fiscal -----
(Helena Fernandes) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2018/08/16 -----

Visto. Concorde. Sugere-se o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária da CM, em vista à tomada de decisão de indeferimento da pretensão, nos termos da presente informação, a qual merece o meu acolhimento. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DR. FRANCISCO MELO, DE 2018/08/16 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO Nº190/SE/DDSC/Nº77/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Os "Auxílios Económicos" constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinada aos alunos inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações, para fazer face aos encargos com refeições, alojamento, livros e outro

material escolar, sendo a sua atribuição, no 1º ciclo, uma competência dos Municípios. -----

Considerando que beneficiam deste apoio os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos, determinados pelo posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família; -----

Considerando que o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação da ação social escolar da responsabilidade do Ministério de Educação e Ciência e dos Municípios, para o **ano letivo 2018/2019**, garante a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública o acesso gratuito aos manuais escolares por força do regime de gratuidade dos manuais escolares previsto no artigo 127º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, no artigo 156º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e artigo 170º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, bem como nos termos do artigo 64º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio; -----

Considerando que face à gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos que vão frequentar o 1º ciclo, torna-se necessário, no que respeita às verbas para auxílios económicos, para os alunos posicionados no Escalão A e Escalão B, prever a verba para material escolar; -----

Considerando que os valores fixados, pelo referido despacho, para o 1º ciclo para material escolar é de 16,00€ - Escalão A e 8,00€ - Escalão B; -----

Considerando que há alunos com necessidades educativas especiais, que não usufruem da gratuidade de manuais escolares, pelo que as direções dos Agrupamentos de Escolas, solicitaram que as verbas disponibilizadas para esses alunos contemplem o valor equivalente a livros e material escolar, tal como em anos letivos anteriores; -----

Considerando que na reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no passado dia 06 de julho de 2018, o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos valores previstos, para o ano letivo 2018/2019, em matéria de "**Material Escolar**", no âmbito dos Auxílios Económicos, tendo merecido, por parte dos membros presentes no referido conselho, o parecer favorável; -----

Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente atribuição de auxílios económicos. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir a aprovação dos seguintes valores para o **ano letivo 2018/2019**: -----

VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS - Material Escolar -----

Escalão	Capitação	1º e 2º anos	3º e 4º anos
A	Escalão 1 do Abono de família	25,00€	30,00€
B	Escalão 2 do Abono de família	12,50€	15,00€

VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS - Alunos com NEE

Escalão	Capitação	1º e 2º anos	3º e 4º anos
A	Escalão 1 do Abono de família	60,00€	70,00€
B	Escalão 2 do Abono de família	30,00€	35,00€

As referidas verbas serão disponibilizadas aos Agrupamentos de Escolas, numa só prestação, mediante o número de escalões (**A** e **B**) atribuídos aos alunos. -----

No início do ano letivo 2018/2019, após a receção das listas nominais com os escalões atribuídos e a identificação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. -----

Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade sugerir o seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara, para deliberação. -----

À Consideração superior. -----

Chaves, 08 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Lídia Pinto) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.08.08. -----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.08.13. -----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. NORMAS DE COMPARTICIPAÇÃO DO PASSE 4_18 DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO DDSC Nº187/SE/Nº74/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento E justificação -----

O Município de Chaves, de acordo com o Decreto-Lei nº299/84, de 05 de setembro, é responsável pela organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares, e no âmbito dessas competências, organiza todos os anos letivos o respetivo Plano de Transporte Escolar. -----

Considerando que o Decreto-Lei nº 186/2008 de 19 de Setembro, criou um título de transporte, o passe 4_18, que se destina a todas as crianças e jovens, do 4 aos 18 anos, inclusive, que não frequentem o ensino superior, que não se encontrem abrangidos pelos transportes escolares estabelecidos no Decreto-Lei nº299/84, de 5 de Setembro e que sejam beneficiários do escalão A ou do escalão B da Ação Social Escolar ou inseridos em famílias que comprovadamente auferam rendimentos reduzidos, (cumpram o critério estabelecido na alínea c) do nº2, do artigo 3-A, da Portaria nº272/2011, de 23 de Setembro, alterada pela Portaria nº36/2012, de 8 de Fevereiro); -----

Considerando que desde do ano letivo 2014/2015, o Município de Chaves tem apoiado a 100% e a 50%, os encargos com aquisição do referido título de transporte dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que são beneficiários do escalão A ou B; -----

Considerando que o Título de Transporte passe 4_18, tem os seguintes descontos: -----

-60% para os alunos com o Escalão A; -----

-25% para os alunos com o escalão B; -----

-25% para os alunos inseridos em famílias com rendimentos reduzidos;

Considerando que no âmbito dos transportes Urbanos de Chaves (TUC), a Empresa Concessionária do serviço - "Auto Viação do Tâmega", no seu tarifário prevê o referido passe: -----

- Passe mensal 4_18 escalão A - 9,60€ (com 60% de desconto); -----

- Passe mensal 4_18 escalão B - 18,00€ (com 25% de desconto); -----

- Passe mensal 4_18 alunos inseridos em famílias com rendimentos reduzidos - 18,00€ (com 25% de desconto); -----
 Considerando que a aquisição do referido título é uma despesa acrescida para as famílias com baixos rendimentos; -----
 Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim e no sentido de planificar o apoio financeiro aos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no próximo ano letivo, utilizarão os Transportes Urbanos de Chaves, através do passe 4_18, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que aprove as seguintes normas com vista à sua implementação no ano letivo 2018/2019:

A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)

1- Comparticipação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A;
 - Comparticipação a 50% (do valor 18,00€) - Alunos com o escalão B ou escalão social + (alunos com rendimentos reduzidos); -----
 - Não atribuição de comparticipação - Alunos sem escalão. -----

2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a Escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar previsto no Decreto - Lei n.º 299/84, de 05 de setembro. -----

3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de comparticipação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4_18 adquirido; -----

4- O reembolso das referidas comparticipações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município; -----

5- Será garantida a presença de um ou dois vigilantes (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) na Linha 1 dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeleira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeleira II), no horário das 8h.30, partida para o Centro Escolar, e no horário das 17h.30, saída do Centro Escolar, sendo o encargo com os respetivos passes dos vigilantes, a suportar pelo Município de Chaves. -----

B) Condições de operacionalização das normas -----

- Proceder à divulgação deste apoio junto dos três Agrupamentos de Escola, remetendo para o efeito as normas de acesso; -----

- Após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o ano letivo 2018/2019, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. -----

Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa, que a mesma seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara Municipal para deliberação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 06 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Lídia Pinto) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.08.07. -----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.08.13. -----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. NORMAS DE COMPARTICIPAÇÃO DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2018/2019- . INFORMAÇÃO DDSC Nº188/SE Nº75/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No sentido de planificar o **ano letivo 2018/2019**, em matéria de apoios aos alunos carenciados que frequentam o ensino secundário, uma vez que o Município de Chaves tem vindo a apoiar, ao longo destes anos, através da comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o ensino secundário, não só como forma de promover a frequência do ensino secundário, que é de frequência obrigatória, mas também como forma de apoiar as famílias mais carenciadas. -----
Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que aprove as seguintes normas com vista à sua implementação no **ano letivo 2018/2019**: -----

A) Normas de comparticipação dos passes escolares dos alunos carenciados que frequentam o ensino secundário -----

1.1. A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes; --

1.2. A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas; -----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:
a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas; -----

- **Comparticipação a 100%** - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação; -----

- **Comparticipação a 50%** - Alunos com o escalão A; -----

- **Comparticipação a 25%** - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos. -----

1.3. Os interessados deverão adquirir o passe escolar - bilhete assinatura - referente ao 1º período e, posteriormente, preencher a ficha de pedido de comparticipação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com o documento comprovativo do posicionamento do escalão de família, válida para o ano letivo 2018/2019; -----

1.4. O reembolso das referidas participações, referentes ao 1º período, serão efetuadas mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa, nos serviços de contabilidade do Município;
 1.5. O valor das participações atribuídas aos alunos e referentes ao 2º e 3º período, será diretamente descontado pela Empresa concessionária do serviço público de transporte, que opera no Município, quando da aquisição do passe escolar - bilhete de assinatura. -----

B) Condições de operacionalização das normas -----

- Proceder à divulgação deste apoio junto dos três Agrupamentos de Escola, remetendo para o efeito as normas de participação; -----
 - Após a receção e avaliação dos pedidos de participação, para o ano letivo 2018/2019, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. -----

Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa, que a mesma seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara Municipal para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 06 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Lídia Pinto) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.08.07. -----

Visto. Concordo. À consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.08.13. -----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

4. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º137/SHSDPC/N.º66/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.08.01-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.07-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.08.07. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. PROPOSTA DE DETERMINAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO DATADA DE 02.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA-----

1. A presente informação visa levar ao conhecimento superior as razões de facto e de direito que justificam a determinação da data de conclusão do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 76.º do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

2. No âmbito de um contacto informal estabelecido entre a Diretora de Serviços de Ordenamento do Território da CCDR-N e o Coordenador da

equipa responsável pela revisão do PDM de Chaves, foi abordada a questão do prazo de conclusão do plano, tendo este ultimo contactado a subscritora desta informação para apuramento desta situação.-----

3. Constatada a omissão do estabelecimento de um prazo de conclusão do plano na deliberação que determinou o reinício formal dos trabalhos relacionados com o procedimento de revisão do PDM de Chaves, considerou-se necessária a elaboração de uma proposta a submeter à consideração da Câmara Municipal, para efeitos de obtenção de uma deliberação sobre o prazo em causa - matéria que foi oportunamente comunicada ao Dirigente da DGOT e ao Sr. Vice-Presidente.-----

4. Tendo em vista a contextualização do assunto em causa, relembra-se que em reunião de Câmara Municipal realizada em 13 de agosto de 2012 foi determinado o reinício formal dos trabalhos relacionados com o procedimento de revisão do PDM de Chaves, para cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro (diploma que, naquela data, regulava a constituição, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento dos planos).

5. Neste seguimento e dando cumprimento ao estabelecido neste diploma, no dia 8 de outubro de 2012 foi realizada uma reunião preparatória com a CCDD-N para os seguintes efeitos:-----

a) Apreciação da deliberação camarária referida no n.º 1 do artigo 2.º daquela Portaria, acompanhada do «Relatório de fundamentação de avaliação da execução do Plano Diretor Municipal de Chaves e de identificação dos principais fatores de evolução do Município»;-----

b) A elaboração de uma proposta para a composição da Comissão de Acompanhamento da revisão do plano.-----

6. Entretanto, este município procedeu à revogação do contrato com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto¹ e abriu um procedimento de contratação para adjudicação da elaboração da Revisão do PDM de Chaves a uma nova equipa, tendo sido celebrado contrato em 22 de maio de 2015 entre o Município de Chaves e o GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento, Lda.-----

7. Esta equipa concluiu os estudos de caracterização e diagnóstico e o quadro prévio de ordenamento da Revisão do PDM e tem vindo a trabalhar na proposta de plano e nos estudos setoriais, os quais têm sido objeto de diversas alterações, no âmbito do acompanhamento dos trabalhos por parte da Comissão Consultiva.-----

II - FUNDAMENTAÇÃO-----

1. A deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada em 13 de agosto de 2012 apenas fez menção ao reinício formal da elaboração da revisão do PDM, sem qualquer referência ao prazo de conclusão.----

2. Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, é obrigatório o estabelecimento dos prazos de elaboração dos planos em simultâneo com a determinação da sua elaboração e da indicação do período de participação preventiva.-----

3. Tendo em vista o cumprimento desta norma, a presente proposta não visa a obtenção de uma deliberação consubstanciada na substituição da deliberação sobre o reinício formal dos trabalhos inerentes à revisão do PDM, mas apenas uma deliberação complementar, para efeitos de clarificação do prazo de conclusão.-----

4. Tendo em consideração o atual desenvolvimento dos trabalhos e a recente apresentação da reprogramação dos mesmos por parte da equipa responsável pela revisão do PDM, apontando para a conclusão da versão

¹ A quem foi inicialmente adjudicada a elaboração da revisão do PDM de Chaves.-----

final do plano (após realização do período de discussão pública e em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal) em finais do mês de abril de 2019², considera-se mais sensato propor um prazo de conclusão do plano mais alargado, sugerindo-se que o mesmo seja fixado em 13 de julho de 2019 pelos seguintes motivos:-----

a) No âmbito do acompanhamento da elaboração do plano por parte das entidades que integram a Comissão Consultiva, designadamente, dos estudos setoriais da Reserva Ecológica Nacional (REN) e do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVC), tais entidades ultrapassam habitualmente os prazos legalmente estabelecidos para a emissão dos respetivos pareceres, devido à complexidade dos estudos;-
- Sendo certo que o estudo setorial relacionado com a REN passou de uma correção material e retificação da delimitação da REN existente, ao abrigo do artigo 19.º do Regime Jurídico da REN, para a delimitação de uma nova REN, de acordo com as Orientações Estratégicas de âmbito Nacional e Regional, aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, com a redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 71/2013, de 30 de novembro, acabando por dilatar a programação dos trabalhos da revisão do plano;-----

b) A provável necessidade de realização de várias reuniões setoriais e de concertação de interesses entre as entidades exteriores envolvidas no acompanhamento do plano e o município, em vista à conclusão e aprovação de tais estudos setoriais, os quais têm repercussões na proposta do plano a submeter a deliberação final da Comissão Consultiva³ e a parecer final da CCDD-N (o qual traduz a decisão final e vinculativa de toda a Administração), antes de a submeter a discussão pública;-----

c) A ocorrência de eventuais situações imprevistas que possam prejudicar o normal desenvolvimento dos trabalhos.-----

5. Ainda de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT, informa-se que o prazo de elaboração dos planos municipais pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período máximo igual ao previamente estabelecido, o que permitirá, em caso de necessidade, a prorrogação do prazo de conclusão do procedimento de revisão do PDM de Chaves até 13 de julho de 2020 - prazo máximo previsto no artigo 78.º da Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, ou seja, *«O conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território em vigor deve ser transposto, nos termos da lei, para o plano diretor intermunicipal ou municipal e outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, até 13 de julho de 2020.»*-----

6. Finalmente, importa também informar que a deliberação sobre o prazo de conclusão do plano deverá ser tomada em reunião pública da Câmara Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 7, do artigo 89.º do RJIGT e deverá ser objeto de publicidade, com exceção da sua publicação em Diário da República, pelas seguintes razões:----

a) O envio de atos para publicação em Diário da República relacionados com planos territoriais é efetuado por via eletrónica

² Documento em anexo à presente informação para o devido conhecimento.-

³ Na segunda reunião plenária, a realizar em conferência procedimental, para ponderação e votação final da proposta do plano, com todo o seu conteúdo material e documental, onde todas as posições manifestadas pelas entidades que compõem a Comissão consultiva e a deliberação final são vertidas em ata.-----

através do Sistema de Submissão Automática de Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT) – plataforma desenvolvida e operada conjuntamente pela Direção Geral do Território (DGT) e pela Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), destinada à realização simultânea da publicação dos Instrumentos de Gestão Territorial no Diário da República e no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) e depósito na DGT;-----

b) O SSAIGT comunica diretamente com a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) – plataforma eletrónica oficial, de âmbito nacional, gerida pela DGT e destinada ao apoio das entidades envolvidas nos procedimentos de formação dos programas e planos territoriais⁴ – o que conduziria o procedimento de revisão do PDM à sua fase inicial, já ultrapassada há muito tempo, criando perturbação no decurso dos trabalhos e no acompanhamento por parte da Comissão Consultiva;-----

c) A PCGT só entrou em produção em 1 de julho de 2017 e integra os procedimentos de elaboração, alteração ou revisão relativos a programas e planos territoriais cuja deliberação de início tenha sido publicada no *Diário da República* a partir daquela data. Os procedimentos iniciados antes da data mencionada, como é caso da revisão do PDM de Chaves, constam de outras plataformas geridas pelas CCDR e não deverão ser transferidos para a PCGT;-----

d) Ou seja, o SSAIGT e a PCGT estão preparados para procedimentos padrão e não para adaptações, como é o caso da deliberação a praticar sobre a determinação do prazo de conclusão da Revisão do PDM de Chaves;-----

e) Esta interpretação foi debatida e confirmada por contacto telefónico estabelecido entre a signatária desta informação e a Diretora de Serviços de Ordenamento do Território da CCDR-N no pretérito dia 31 de julho.-----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

1. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas, sou a propor que a presente proposta seja submetida à próxima **reunião pública da Câmara Municipal**, para obtenção de uma deliberação consubstanciada na determinação da data de conclusão do procedimento de revisão do PDM de Chaves, em 13 de julho de 2019, de acordo com o previsto sobre a matéria e com as devidas adaptações, no artigo no n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT.-----

2. Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento, sou a propor a adoção das seguintes diligências complementares, no que respeita à divulgação da deliberação em causa:-----

a) Comunicação à CCDR-N, enquanto entidade que preside à Comissão Consultiva responsável pelo acompanhamento da revisão do PDM de Chaves e que suscitou a matéria objeto desta deliberação, mediante a expedição de um Ofício e sua disponibilização na plataforma colaborativa gerida pela CCDR-N⁵, de acordo com o previsto nas subalíneas i) e ii), da

⁴ Uma medida do Programa Simplex+2016 que tem como objetivo disponibilizar, através de uma única plataforma, toda a informação documental e gerir as comunicações entre todos os intervenientes, nos processos de acompanhamento dos programas e planos territoriais. O seu desenvolvimento teve por base a desmaterialização documental e um sistema de comunicação com perfis de acesso diferenciados e notificações programadas.-----

⁵ Em <http://212.55.137.35:8083/PMOT/ccdrn>.-----

alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro⁶, com as devidas adaptações;-----

b) Publicitação de um Aviso no sítio de *Internet* e nos locais de atendimento do Município de Chaves, de acordo com o estabelecido no artigo 192.º do RJIGT.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03.08.2018:-----

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito invocadas na presente informação sou a propor que sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adotar uma deliberação nos termos e para os efeitos anunciados nas alíneas 1 e 2, do Item "III - Da proposta em sentido estrito" deste documento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DR. FRANCISCO MELO, DE 2018/08/16 -----

Altero a proposta de conclusão para o dia sete (07) de outubro de 2019, por entender que não se mostra adequado a data proposta coincidente com o período de férias o que pode diminuir a participação na análise da proposta pelos munícipes -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA E COMÉRCIO, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 454/18 - MARIA DE FÁTIMA DA SILVA TERRA - LUGAR DE TRAZ DO CALVÁRIO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO DATADA DE 10.08.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO -----

1. Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 1238/18, em 14 de junho do ano corrente, a requerente citada em epígrafe vem apresentar um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de um edifício de habitação coletiva e comércio num prédio rústico situado no lugar de Traz do Calvário, pertencente à Freguesia de Santa Maria Maior.-----

2. No âmbito da apreciação do pedido em causa, o Setor de Controlo de Operações Urbanísticas, através da Informação/Proposta n.º 995/SCOU/18, de 20 de junho, sobre a qual recaiu despacho do Chefe de Divisão, Eng.º João Geraldes em 28 de junho, propôs a realização de algumas consultas internas, entre as quais do Setor de Planos Municipais de Ordenamento do Território (SPMOT), para efeitos de informação sobre os condicionalismos urbanísticos existentes no local.

II - FUNDAMENTAÇÃO-----

1. Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves (PDM), o prédio objeto do pedido localiza-se em

⁶ Portaria que regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do Planos Diretores Intermunicipais e Municipais, nos termos do RJIGT.-----

Espaços da Classe 1 - Espaços urbanos e urbanizáveis, da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves. -----

2. Sobre este prédio ainda impende uma servidão administrativa originada pelo espaço-canal da antiga linha férrea - Linha do Corgo - que, apesar de estar desclassificada da rede ferroviária nacional, se mantém no domínio público ferroviário (de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do DL n.º 276/2003, de 4 de novembro), atualmente sob a tutela da Infraestruturas de Portugal, S.A.-----

3. Neste sentido, qualquer operação urbanística a levar a efeito junto da mesma carece de parecer da respetiva entidade de tutela. No âmbito do presente pedido, considera-se não ser oportuna a consulta desta entidade, uma vez existirem razões de natureza urbanística que justificam a emissão de um parecer desfavorável, em conformidade com o descrito nos pontos seguintes. -----

4. No âmbito das consultas internas realizadas, destaca-se o parecer emitido no pretérito dia 13 de julho pela Divisão de Projetos e Mobilidade, no qual é identificada a principal condicionante urbanística que recai sobre o prédio da requerente, ou seja, o facto de o mesmo ser abrangido pelos traçados do Lanço 5 da Rodovia de Acesso Prioritário IP3/A24 - Hospital Distrital de Chaves e da futura Avenida da Fonte Nova, os quais integram a designada Circular Interna de Chaves (CIC).-----

5. Tendo em consideração a importância da Circular Interna de Chaves⁷, enquanto via estruturante de atravessamento e de distribuição de tráfego rodoviário e que permitirá, aquando da sua completa execução:

a) A redução do volume de tráfego motorizado que atravessa diariamente o núcleo urbano da cidade, com todas as consequências ambientais positivas envolvidas, ao nível da redução dos diferentes tipos de poluição e das emissões de gases que contribuem para o efeito de estufa, contribuindo para a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida da população;-----

b) O fecho da malha rodoviária urbana, dotando a cidade de uma rede viária coerente e articulada que também possa ser usada pelos Transportes Urbanos de Chaves (TUC), proporcionando uma ligação direta entre a A24 (a norte da cidade de Chaves) e a restante rede nacional de estradas localizada a sul (EN103, EN213, EN103-5 e ER314), proporcionando também melhores acessos ao Hospital. -----

6. Tendo em consideração a importância da Circular Interna de Chaves na própria estrutura urbanística da cidade, a qual tem permitido a abertura de novas frentes de construção totalmente infraestruturadas e qualificadas, com destaque para a melhoria das condições de conforto e de segurança na acessibilidade e na mobilidade pedonal, ciclável e viária.-----

7. Tendo em consideração que a operação urbanística em causa, nos moldes em que é apresentada, contraria a disciplina urbanística prevista no Plano Diretor Municipal, em concreto, por violação das normas de edificabilidade preconizadas na alínea a), do n.º 2 do artigo 19.º do regulamento do PDM (incumprimento da moda da cércea ao longo da frente urbana em que se insere o prédio), para além de conter erros no dimensionamento da altura da edificação e da altura da fachada, uma vez não incluir a elevação da soleira (que é de 1 metro)⁸.-----

⁷ Que já conta com 2 Lanços executados desde a saída do Nó Chaves Centro da A24 até à rotunda da Quinta do Telhado.-----

⁸ De acordo com as definições estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio (Fichas n.º 5 e n.º 6).-----

8. Tendo em consideração que a mesma tem impacte urbanístico relevante, nos termos preconizados na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE) publicado em Diário da República, 2.ª Série, N.º 207, de 22 de outubro de 2015, através do Aviso n.º 12258/2015, podendo ter impacte semelhante a uma operação de loteamento, no caso de incluir 10 ou mais frações autónomas, de acordo com o disposto no artigo 23.º deste regulamento.

9. Tendo em consideração que a operação urbanística em causa poderá constituir uma sobrecarga para a infraestruturas existentes. A este respeito e apesar de haver um parecer da Divisão de Abastecimento Público a referir a existência de redes de infraestruturas, o mesmo não esclarece se as mesmas têm capacidade suficiente para suportar esta operação urbanística.-----

10. Tendo em consideração que existem discrepâncias entre a área do terreno que é indicada na Certidão da Descrição e de todas as Inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial de Chaves (2.500,00m²) e aquela que consta do Levantamento Topográfico (1.805,00m²), as quais devem ser esclarecidas e devidamente harmonizadas.-----

11. Tendo em consideração, para além das questões mencionadas nos pontos 7 a 10, que existe outra razão objetiva e fundamentada relacionada com a necessidade de garantia das condições de execução da Rodovia de Acesso Prioritário IP3/A24 - Hospital Distrital de Chaves e da futura Avenida da Fonte Nova, que deve impedir a emissão de um parecer favorável relativamente ao presente pedido de informação prévia, até porque o Projeto Base da Rodovia foi aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada em 16-02-2006.-----

12. Tendo em consideração que a eventual aprovação de uma operação urbanística no local em causa terá, como consequência, a inviabilização definitiva e irreversível da execução da totalidade da Circular Interna de Chaves.-----

13. Tendo em consideração que, no âmbito deste pedido, é solicitada informação "*sobre a viabilidade da pretensão ou sobre o valor proposto para a expropriação da área da parcela em causa*", uma vez a requerente já ter conhecimento que a mesma é abrangida pelo traçado da via mencionada, através da Informação N.º 24/SPMOT/2017, de 22 de maio de 2017, superiormente sancionada e comunicada à interessada a coberto do Ofício n.º 2263, com a N/Ref. 481/DGOT/2017, de 1 de junho, no âmbito do processo n.º 284/17 (pedido de informação simples).-----

14. Tendo em consideração que a segunda parte do pedido é intempestiva, pois o valor da expropriação só pode ser comunicado no âmbito de um procedimento expropriativo (existência de declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação que abranja o prédio objeto do pedido) referente à execução da via estruturante em causa.-

III - PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação e de acordo com as disposições combinadas no n.º 4 do artigo 16.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º, do RJUE, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que se submeta a presente proposta a Reunião de Câmara, tendo em vista a obtenção de um **parecer desfavorável** relativamente ao pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção apresentado pela interessada, uma vez o mesmo violar plano municipal de ordenamento do território (PDM) e colidir com o traçado de uma via estruturante;

b) Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Municipal e de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a interessada deverá ser notificada sobre o projeto de decisão e, querendo, poderá vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.08.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados nos pontos 7 a 14 da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente à emissão de um parecer desfavorável relativamente ao pedido de informação prévia da operação urbanística em causa (edifício e habitação colectiva e comércio num prédio rústico situado no lugar de Traz do Calvário, da Freguesia de Santa Maria Maior).-----
Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciada.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.14. -----

Visto. À Reunião do Executivo Municipal para apreciação e deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM COMERCIAL, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 369/18 - CABUGUEIRA & COSTA - COMÉRCIO DE FERRO LDA. - PARQUE INDUSTRIAL, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 06.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1024/18 e 1646/18, referente ao processo n.º 369/18, a empresa Cabugueira & Costa, Comércio de Ferro, Lda, apresenta, pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁹ de um armazém comercial (lic.ª const. n.º 241/05), situado no Parque Industrial, União das freguesias de Santa Cruz/Trindade no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 3.393,66 m², está

⁹ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

inscrito na matriz com o n.º 2004 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2260/19981126, da freguesia de Outeiro Seco.

2 - ANTECEDENTES-----
 2.1- Alvará de obras de construção n.º 241/05, para "construção de um "armazém industrial" de r/chão e mezanino com a área de 1.470,00 m².
 2.2- Alvará de Autorização de Utilização n.º 67/11, para "Armazém industrial".-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----
 3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no anexo I, ponto I, n.º 15 e 16 do ponto III da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, designadamente:-----
 - Certidões da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente aos prédios abrangidos; -----
 - Caderneta Predial Urbana;-----
 - Memória descritiva e justificativa;-----
 - Ficha de áreas/medição;-----
 -Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
 - Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
 - Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico;-----
 - Comprovativo da inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----
 - Planta de localização à escala 1:2 000;-----
 - Extratos da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
 - Levantamento topográfico/implantação à escala de 1: 500;-----
 - Plantas à escala de 1:100;-----
 - Alçados à escala de 1:100;-----
 - Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
 - Mapa de acabamentos;-----
 - Desenho de alterações;-----
 - Pedido de isenção do plano de acessibilidades;-----
 - CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
 - Declaração do topógrafo;-----
 - Fotografias;-----
 - Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
 - Ficha de elementos estatísticos;-----
 - Planta de arranjos exteriores/estacionamentos;-----
 - Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade acompanhado de relatório técnico;-----
 - Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais acompanhado de relatório técnico;-----
 -Termo de responsabilidade do projeto de redes prediais de água e esgotos acompanhado de relatório técnico;-----
 -Termo de responsabilidade do estudo térmico acompanhado de relatório técnico;-----
 - Fatura do telefone;-----
 - Fatura da luz;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----
4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----
 4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo

Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por reportar à legalização das obras de ampliação de um armazém comercial.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O projeto apresentado, prevê a legalização da ampliação de um armazém comercial, de r/chão e mezanino, com a área bruta de construção de 2.390,50 m². Existe um aumento de área de 920,50 m², relativamente à construção licenciada ao abrigo da lic.ª de construção n.º 241/05.-

5.2- A edificação, têm uma área bruta de construção de 2.390,50 m², o que implica um índice de utilização (Iu) de 0,70 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 2.390,50 m²/ 3.393,66 m² = 0,70 m²/m².-----

5.3 - O imóvel destina-se a comércio, possui 2 pisos (r/chão e mezanino). Existe uma alteração de uso da edificação preexistente, destinada a "indústria", para o uso de "comércio". -----

5.4- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-06-21, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 55/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de que, o armazém comercial, necessita de obras de correção, que se prendem com a criação de ventilação na instalação sanitária do r/cão. O requerente apresenta sob requerimento n.º 1646/18, datado de 3 de Agosto de 2018, fotografias elucidativas de ter levado a efeito a correção, consubstanciada, na criação da ventilação no compartimento destinado a instalação sanitária no r/chão do imóvel.-----

5.6- Face à tipologia do imóvel previsto (comercial) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea d), do n.º 3, do art.º 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 17 lugares de estacionamento automóvel, o qual é superior ao valor mínimo de 2 lugares previstos naquela norma regulamentar.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto e do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.---

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 727,20 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 3.050,15 euros.-----

7.3 - O valor total das taxas a liquidar é assim de 3.777,35 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente

discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, em que foram levadas a efeito, obras de ampliação sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na ampliação de um "armazém comercial", compagina-se com os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos à via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor para este último um valor de 0,70 m²/m². Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação acima enunciadas, insere-se no contexto urbano do local e mostra-se adequado ao uso.-----

8.4 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.5- Considerando, que o uso pretendido, para comércio, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir, o presente pedido de legalização das obras de ampliação do armazém comercial, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) - aumento de área de 920,50 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO III				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,20	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,19	0,00
- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00	
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,51	0,00
C - custo das obras existentes na via pública		0,79		
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)		920,50 m²		
Ampliação de edifícios de habitação, comércio , serviços e armazéns				
- n.º 4 do artigo 25.º				
T = C x A		T = 727,20 e		

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 e 76 da subsecção IV)-----

Descrição		Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m ² adicional	920,50m ² 3,20€	2.945,60 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1 11,85€	11,85 €
Art.º 76, n.º 6	Vistoria		54,00 €
TOTAL			3.050,15€

TOTAL A LIQUIDAR..... ∑ 727,20 € + 3.050,15 € = 3.777,35 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 07.08.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara

Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Armazém destinado ao exercício de actividade comercial) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.14. -----

Visto. À Reunião do Executivo Municipal para efeitos de apreciação e deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM DESTINADO A COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA - PROCESSO N.º 559/18 - AUGUSTO ARMINDO VIEIRA REAIS - RUA DA INDÚSTRIA, FREGUESIA DE BUSTELO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 06.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução -----

a. Pretensão do requerente -----

Vem o Sr Augusto Armindo Vieira Reais na qualidade de proprietário através do requerimento n.º 1464/18 referente ao processo n.º559/18 com vista ao licenciamento d/e uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na obra de construção de imóvel destinado a armazém comercio e/ou serviços nos termos da alínea c) do ponto 2 do artigo 4 do RJUE (Regime jurídico de edificações e urbanização) apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura. O local da obra será no lugar da Cotovia, Rua da Industria -Bustelo, -----

b. Antecedentes-----

Não existem antecedentes ao processo.-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O presente pedido de aprovação do projeto de arquitetura formulado pelo requerimento n.º 574/18 e n.º1008/18 encontra-se convenientemente instruídos com os elementos constantes do ponto I do Anexo I (Elementos comuns aos procedimentos de controlo prévio) e com os constantes no n.º 15 do ponto III (elementos específicos do licenciamento no caso de aprovação de projeto de arquitetura de obras de edificação, da Portaria 113/2015 de 22 de Abril , bem como todo o respeitante ao comprimento de normas instrutórias referenciadas no art.º 13 do RMUE (Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o concelho de Chaves) ----

3. Enquadramento do pedido -----

a. Enquadramento no regime jurídico-----

O controlo prévio que recai na presente operação urbanística de edificação, consubstanciada, na obra de construção de imóvel, será, nos termos da alínea c) do ponto 2 do artigo 4 do RJUE (Regime jurídico de edificações e urbanização), o licenciamento.-----

b. Nos regulamentos municipais-----

A pretensão ora apresentada encontra-se sujeita a licenciamento nos termos do nº2 do artigo 5 do RMUE -----

c. Enquadramento da pretensão nas disposições do PDM-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns.-----

Por leitura da seção IX - situações especiais do regulamento do PDM prevê-se no seu artigo 58º a admissão da edificação de imóveis destinadas a instalações a atividades comerciais e de serviços desde que cumpram o aí disposto bem como no artigo 28 do PDM.----- Nos termos da Planta de Condicionantes do Plano diretor Municipal, nada há a assinalar no que se refere à existência de quaisquer servidões administrativas e restrições de utilidade pública que interfiram com o prédio em causa.-----

4. Caracterização e análise da pretensão-----

O projeto de arquitetura apresentado refere-se à edificação de imóvel de 1 piso acima da cota de soleira destinado a Armazém para comércio e serviços com a área bruta de 355,35m² num prédio rústico de 2110m². - A área de edificação ora pretendida (=355,35m²) encontra-se dentro dos parâmetros urbanísticos relativos à categoria nomeadamente os previstos no Artº 58 do Regulamento do Plano Diretor Municipal dado que é inferior à edificabilidade máximo correspondente à aplicação do $I_c=0,25$ que para uma área de terreno ($A=2110m^2$) seria de 527.5m².-----

- Verifica-se ainda por correlação com o artigo 28 do PDM que o prédio rustico confronta numa extensão superior a 20 m com o caminho público e que possui dimensões que permite a inscrição de um retângulo de 20mx30m.-----

- Que a implantação do imóvel e a sua volumetria encontram-se de acordo com o disposto no nº2 do artigo 28 do PDM. São previstos sete lugares de estacionamento dando assim cumprimento ao disposto no ponto 1 e alínea d) do n.º3 do artigo 12 do regulamento do PDM. -----

- Por leitura dos elementos apensos ao processo a construção cumpre RGEU e demais legislação em vigor.-----

5. Responsabilidade -----

Os termos de responsabilidade apresentados de coordenador de projeto e de projeto de arquitetura se encontram devidamente instruídos nos termos do nº I e nºII do anexo III da portaria n.º113/2015,acompanhados ainda da inscrição na ordem dos arquitetos e ordem dos engenheiros técnicos e comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.----- O processo apresentado -----

6. Considerações fundamentadas da Proposta de decisão-----

Concluindo , considera-se que o projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no nº1 e 2 do art. 20º do RJUE e convenientemente instruídos com os elementos constantes do ponto I do Anexo I (Elementos comuns aos procedimentos de controlo prévio) e com os constantes no nº 15 do ponto III (elementos específicos do licenciamento no caso de aprovação de projeto de arquitetura de obras de edificação, da Portaria 113/2015 de 22 de Abril , bem como todo o respeitante ao comprimento de normas instrutórias referenciadas no art.º 13 do RMUE (Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o concelho de Chaves) e que o projeto apresentado cumpre as normas legais e em vigor no regulamento

do plano diretor municipal ,no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

7. Proposta de decisão-----
Atendendo a todo o supra citado na presente informação, sou a propor a **aprovação** superior do projeto de arquitetura referente à edificação do imóvel destinado a armazém de uso para comercio e serviços supra identificada.-----

Nos termos da circular nº27/2017 e por a área do imóvel destinado a comercio serviços ser superior a 300m2 deverá o processo ser encaminhado para reunião de Câmara para deliberação.-----

Caso superiormente seja aprovado o presente projeto de arquitetura e para que se possa proceder ao deferimento do licenciamento da obra deverá de acordo com o n.º4 do art. 20º do RJUE e no prazo de seis meses apresentar os projetos de especialidades com instrução estabelecida no n.º16 do ponto III, do anexo I da Portaria 113/2015. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 07.08.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à aprovação do projecto de arquitetura referente à operação urbanística em presença (Armazém destinado a comércio e serviços), nos termos e para os efeitos preconizados no item "7 - Proposta de Decisão" deste documento.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.07. -----

Visto. À Reunião de Câmara para efeitos de deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A ARMAZÉNS INDUSTRIAIS, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA - PROCESSO N.º 368/17 - ALBINO FONTOURA DA CUNHA - LUGAR DA RAPOSEIRA, EN2 - KM 5,6, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 16.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Pretensão do requerente -----

Veio o Sr. Albino Fontoura da Cunha, na qualidade de proprietário, através do requerimento n.º946/17 dar início ao processo nº 368/17 com vista ao licenciamento de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na edificação de imóvel destinado a armazéns industriais nos termos da alínea c) do ponto 2 do artigo 4 do RJUE (Regime jurídico de edificações e urbanização), situada na Lugar da Raposeira, estrada nacional nº2, Vila Nova de Veiga, freguesia de São Pedro de Agostém.-----

Por requerimento nº 1476/18 foi apresentada nova proposta à edificação do armazém face aos condicionamentos impostos pelas Infraestruturas de Portugal.-----

É pretensão do requerente a construção de imóvel destinado a dois armazéns industrial tipo 3 que de acordo com o requerimento nº1476/18 se desenvolve numa área bruta de construção de 1029m2.-----

1.2. Antecedentes-----
 Existe em arquivo a licença de remodelação de terreno nº180/10 referente ao mesmo prédio.-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----
 O presente pedido de aprovação do projeto de arquitetura formulado pelo requerimento nº 946/17 e alterado por requerimento nº1476/18 encontra-se convenientemente instruídos com os elementos constantes do ponto I do Anexo I (Elementos comuns aos procedimentos de controlo prévio) e com os constantes no nº 15 do ponto III (elementos específicos do licenciamento no caso de aprovação de projeto de arquitetura de obras de edificação, da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, bem como todo o respeitante ao cumprimento de normas instrutórias referenciadas no art.º 13 do RMUE (Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o concelho de Chaves) -----

3. Enquadramento da Pretensão-----

3.1. No regime jurídico-----
 O controlo prévio que recai na presente operação urbanística de edificação, consubstanciada, na obra de alteração de construção do imóvel, será, nos termos da alínea c) do ponto 2 do artigo 4 do RJUE (Regime jurídico de edificações e urbanização), o licenciamento.-----

3.2. Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----
 Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/500, no levantamento topográfico apresentado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que a pretensão se encontra em Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na subcategoria -43 A-espaços agroflorestal comum.-----
 Face ao tipo de armazém a construir a pretensão tem ainda enquadramento nos artigos 53º e 58º (instalações industriais e edificabilidade) da seção IX - situações especiais do regulamento do PDM, remetendo este e ainda para o artigo 28º do mesmo regulamento.-----
 Segundo a planta de condicionantes, do PDM de Chaves, sobre o terreno do interessado impede servidão administrativa face à confrontação com estrada nacional.-----

4. Caracterização e análise da pretensão-----

4.1. Caracterização-----
 O projeto de arquitetura apresentado refere-se a uma construção de raiz de um edifício destinado a dois armazéns industriais com a seguinte caracterização apresenta as seguintes áreas e os seguintes parâmetros urbanísticos:-----
 Área do terreno -8701m2-----
 Área de implantação /Área bruta de construção -1029m2 -----
 $Ic=1029/8701m^2=0.12$ -----
 Altura de edificação - 7.50m.-----
 Nº de pisos- 1 acima da cota de soleira-----
 Numero de lugares de estacionamento-12-----

4.2. Instrução face à servidão administrativa-----
 O requerente anexou ao pedido ofício com referencia nº1975VRL180307 e projeto aprovado condicionado a 3 de julho ultimo pelas Infraestruturas de Portugal, entidade esta com jurisdição nas estradas da rede rodoviária nacional. Por leitura do mesmo ofício com referencia nº1975VRL180307 verifica-se que condicionam a zona de espera a uma entrada afunilada de 20 metros junto ao bordo de pavimento a 7.5 metros à entrada do prédio. -----

4.3. Análise da pretensão -----
 Por leitura do artigo 53º do regulamento do PDM é permissível a edificação a instalação de unidades industriais em espaço

agroflorestal comum desde que se trate de indústrias das classes C e D (ora indústrias de classe 3).-----
 Pela caracterização efetuada no ponto 4.1 pode-se verificar:-----
 A área de edificação ora pretendida ($=1029\text{m}^2$) encontra-se dentro dos parâmetros urbanísticos relativos à categoria nomeadamente os previstos no Artº 58 do Regulamento do Plano Diretor Municipal dado que é inferior à edificabilidade máximo correspondente à aplicação do $I_c=0,25$ que para uma área de terreno ($A=8703\text{m}^2$) seria de 2187.5m^2 .-
 Verifica-se ainda por correlação com o artigo 28 do PDM que o prédio rustico confronta numa extensão superior a 20 m com o caminho público e que possui dimensões que permite a inscrição de um retângulo de $20\text{m} \times 30\text{m}$.-----

Que a implantação do imóvel e a sua volumetria encontram-se de acordo com o disposto no nº2 do artigo 28 do PDM. Verifica-se ainda que cumpre o estipulado no nº3 do mesmo articulado.-----

São previstos 12 lugares de estacionamento dando assim cumprimento ao disposto no ponto 1 e alínea d) do n.º3 do artigo 12 do regulamento do PDM. -----

Por leitura dos elementos apensos ao processo a construção cumpre RGEU e demais legislação em vigor. -----

Através do requerimento n.º 1476/18 foi apresentada nova proposta à edificação do armazém face aos condicionamentos impostos pelas Infraestruturas de Portugal e de acordo com o descrito no ponto 4.2 face à localização junto à EN2.-----

5. Responsabilidade -----

Os termos de responsabilidade apresentados de coordenador de projeto e de projeto de arquitetura se encontram devidamente instruídos nos termos do nº I e nºII do anexo III da portaria n.º113/2015,acompanhados ainda da inscrição na ordem dos arquitetos e ordem dos engenheiros técnicos e comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.----

6. Considerações fundamentadas da Proposta de decisão-----

Concluindo considera-se:-----

- Que o projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no nº1 e 2 do art. 20º do RJUE e convenientemente instruídos com os elementos constantes do ponto I do Anexo I (Elementos comuns aos procedimentos de controlo prévio) e com os constantes no nº 15 do ponto III (elementos específicos do licenciamento no caso de aprovação de projeto de arquitetura de obras de edificação, da Portaria 113/2015 de 22 de Abril bem como todo o respeitante ao cumprimento de normas instrutórias referenciadas no art.º 13 do RMUE (Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o concelho de Chaves).-----

- Que o projeto apresentado cumpre as normas legais e em vigor no regulamento do plano diretor municipal, no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

- Que por requerimento nº 1476/18 foi apresentada nova proposta à edificação do armazém face aos condicionamentos impostos pelas Infraestruturas de Portugal.-----

7. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado na presente informação, sou a propor a **aprovação** superior do projeto de arquitetura referente à edificação do imóvel destinado a armazém industrial cuja atividade industrial será de tipo 3.-----

Nos termos da circular nº27/2017 e por a área do imóvel destinado a indústria ser superior a 300m^2 deverá o processo ser encaminhado para reunião de Câmara para competente deliberação. -----

Caso superiormente seja aprovado o presente projeto de arquitetura e para que se possa proceder ao deferimento do licenciamento da obra deverá de acordo com o n.º4 do art. 20º do RJUE e no prazo de seis meses apresentar os projetos de especialidades com instrução estabelecida no n.º16 do ponto III, do anexo I da Portaria 113/2015. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DR. FRANCISCO MELO, DE 2018/08/16 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. ALTERAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 65/18 - CIDÁLIA MARIA DE JESUS CORREIA - LUGAR DE JUNCAL, SÃO LOURENÇO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 14.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Através de requerimento nº1571/18 e corrigido por requerimento nº1649/18 a Srª Cidália Maria de Jesus Correia na qualidade de proprietária vem dar resposta ao solicitado por informação técnica de 5 de junho ultimo e assim dar continuidade ao processo n.º65/18 solicitando nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização da obra de alteração a edifício licenciado com alvará nº680/94 e legalização de anexo no Lugar de Juncal, São Lourenço. -----

1.2. Antecedentes-----

Existe em arquivo municipal a Licença de obras nº 680/94 referente à construção de um prédio de habitação de R/C e andar com 251,48m2 ---

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização.

3. Características e análise da pretensão -----

3.1. Caracterização e análise legislativa-----

O requerente pretende a legalização de ampliação de moradia bem como de anexo e de alpendre edificadas num prédio de 1742m2.-----

Em relação ao edifício principal destinado a habitação licenciado por alvará nº 680/94 houve uma ampliação de um piso em cave originando um aumento de área neste imóvel de 197,61m2 (o imóvel principal fica com uma área de 449.09m2). Pretende-se legalizar ainda a edificação de um anexo de 105.93m2 e de um alpendre de 129.47m2. Em relação à licença de obras com alvará nº 680/94 houve no computo geral uma ampliação de 433.03m2.-----

Pela presente operação de legalização a área bruta de construção é de 684.51 m² o que nos leva a um índice de construção de IC= 0,39m²/m² inferior ao permitido para o local de Ic=0,8m²/m².-----
Face à localização, lugar do juncal, São Lourenço, onde a construção é dispersa considero que não se deverá aplicar a moda da cércea como parâmetro urbanístico essencial mas sim e ainda nos termos da alínea a1) do artigo 19 do regulamento do PDM os seguintes parâmetros correspondente à classe U3.-
Verifica-se cumprimento do aí estabelecido dado que o índice Ic<0,8, a construção é de dois pisos acima da cota de soleira com uma cércea inferior a 7.5m.-----

Verifica-se ainda que a área total de implantação dos dois edifícios é inferior a 65% da área do terreno cumprindo assim a alínea d) do mesmo articulado.-----

3.2. -Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-05-04 da qual se anexa de seguida cópia do essencial:-----

1. A habitação unifamiliar, necessita de obras de acabamento exteriores, designadamente, pintura de panos de parede exteriores. Relativamente ao espaço interior, necessita de ser colocado um corrimão nas escadas interiores de comunicação entre pisos (r/chão e andar).
2. Os anexos não se encontram pintados;
3. O projeto apresentado, não retrata a materialização da habitação unifamiliar no local, designadamente, pela existência de uma área ampliada no piso em cave;

Por informação técnica de 5 de junho foi comunicado ao requerente o teor do auto bem como concedido o prazo de 15 dias apresentar projeto de alterações face à ampliação no piso em cave, bem como apresentar fotografias elucidativas da colocação do corrimão e pintura de um pano da parede no edifício destinado a habitação sob pena de rejeição liminar do pedido-----

Através dos requerimentos acima identificados a peticionária veio dar cumprimento ao teor da informação técnica agora citada.-----

4. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por requerimento nº 1526/18 e 1649/18 verifica-se que foram sanadas as deficiências verificadas em auto vistoria realizada a 4 de maio. -----

Donde se constata não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa.-----

5. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a ampliação de imóvel destinado a habitação, anexo e de um alpendre acima identificados.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo.-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio e alpendre, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. -----

Nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações de legalização de ampliação de habitação, anexo e alpendre é de 936.10€ de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Anexo: Calculo do valor das taxas municipais-----

- Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----

Dado se tratar de legalização de uma operação urbanística, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver lugar a título efetivo de licença de edificação no entanto à data da sua construção a mesma estaria sujeita a esse título e consequentemente à liquidação de taxas administrativas.-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m2	235	1,00 €	235,00€
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,85 €	0,00 €
	TOTAL			386,30 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)-

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)				
QUADRO II					
		s/n	C/m2	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem				
	- Granito (calçada a cubos)	1	0.20	0.20	
REDE DE ÁGUA		1	0.23	0.23	
REDE DE ESGOTOS		1	0.33	0.33	
	C - custo das obras existentes na via pública			0.76	
	A - área bruta da obra a realizar			433.03	m2
Anexos, garagens, cozinhas regionais e obras semelhantes em terreno onde já se encontre construída moradia unifamiliar e ampliação da própria moradia e, desde que a área bruta daquelas construções ultrapasse 20 m2 (valor de (433.03m2) - n.º 1 e nº3 do artigo 25.º					
	T = C x A		T =	329.10	€

- Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU

Autorização de utilização		Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no numero 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos numeros anteriores	2	2,65 €	5,30 €
TOTAL				46,85 €

Cálculo das taxas de Vistorias TV

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			0,00 €
2aº)	habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
2ºj)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	2	54,00 €	108,00 €
TOTAL				173,85 €

taxas administrativas-TA	386,30 €
taxas de infraestruturas-TI	329,10 €
taxas autorização utilização- TAU	46,85 €
taxas de vistorias TV	173,85 €
Valor total	936,10 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DR. FRANCISCO MELO, DE 2018/08/16 -----

À reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. RECONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 555/17 – SUSANA ALEXANDRA ALVES LOPES – AV. 5 DE OUTUBRO, N.º 51, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 08.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução -----

A requerente acima referida na qualidade de proprietária de uma habitação unifamiliar, geminada, de r/chão, andar e garagem, constituída em regime de propriedade horizontal, à qual corresponde a fração "B", sita na Avenida 5 de outubro em Chaves, solicitou a legalização das obras levadas a efeito sem controlo prévio, para continuação dos trabalhos de construção da referida habitação; -----

2. Enquadramento da Pretensão -----

2.1. No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

O pedido foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o n.º 12 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, uma vez que foram levadas a efeito obras com tal relevância que deram origem a um Auto de Embargo;-----

2.2. Considerando que o edifício ainda se encontra em grande parte por concluir, e que as obras a executar têm uma expressão maior que as obras executadas, este procedimento de Legalização dará origem a uma Licença "normal" de edificação; -----

2.3. Neste âmbito e de acordo com o descrito no n.º12, do artigo 73.ºC do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a vistoria foi dispensada, uma vez que todas as alterações ao projeto inicial aprovado e "desobediências" foram posteriormente acompanhadas, quer pelo Setor de Fiscalização Administrativa Municipal, quer por estes Serviços Técnicos (estes últimos, em obra e em reuniões, tendo em vista ultrapassar e resolver o problema criado de forma a minorar o impacto causado pela edificação já erigida de forma irregular)-----

3. Antecedentes -----

3.1. O processo teve início em 18 de agosto de 2017 e pretendia a alteração da fachada ao nível dos vãos, demolição do lanço de escadas lateral de acesso, construindo umas novas de "tiro", e a demolição com ampliação da garagem existente, passando esta a ter uma área de 76,12m2; -----

3.2. Em 23 de maio de 2018 o Setor de Fiscalização Municipal procedeu a um Auto de Embargo e Suspensão de Obras Particulares à habitação ora análise, depois de estarem a ser levadas a efeito obras sem a necessária licença, uma vez que desrespeitavam o projeto aprovado, pois tinham procedido à demolição total da habitação existente;-----

4. Análise da pretensão / Proposta -----

4.1. Da análise do novo pedido formulado foram dirimidas algumas questões do ponto de vista arquitetónico, de forma a minimizar o impacto do já edificado de forma irregular, passando pela demolição de alguns muros, tornando a habitação mais aberta para a envolvente;

4.2. Os novos parâmetros urbanísticos a considerar são os seguintes:

- Área da parcela - 325,20m2 -----
- Área de implantação - 259,40m2 -----
- Área de construção - 392,45m2-----
- Volume - 1.122,00m3 -----
- Área impermeabilizada - 259,40m2 -----
- N.º de pisos - r/chão+2 -----
- Altura da fachada - 8,65m -----
- Altura da edificação - 11,20m -----
- Estacionamento dentro do lote - 3 -----
- Índice de construção - 1,2m2/m2 -----
- Uso - habitação unifamiliar -----
- N.º de fogos - 1 -----

4.3. De acordo com os projetos de especialidades agora apresentados (a juntar ao projeto de arquitetura apresentado a coberto do requerimento n.º1315/18 de 25 de junho de 2018), o pedido encontra-se

instruído conforme estabelecido na Portaria 113/2015 de 2015 de 22 de abril, e ainda com Planta de Contrastes, retratando devidamente os elementos licenciados, a legalizar e a construir; -----

4.4. A requerente solicita também ao abrigo do n.º2, do artigo 3.º, do DL 97/2017 de 10 de agosto, a isenção da apresentação do projeto de gás, pelo facto de não vir a prever a instalação do mesmo;-----

4.5. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis - artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE - propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal; -----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas nos projetos a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão da respetiva **Licença de Construção** fazendo sempre referencia que se trata de uma legalização, uma vez que as obras que faltam realizar são manifestamente superiores às já realizadas; -----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Construção da habitação unifamiliar, a interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 10, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão da respetiva **Licença de Construção**, instruída com todos os elementos necessários à emissão do Alvará, previstos na respetiva Portaria;-----

5. Responsabilidade -----

Foram apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais; -----

6. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão -----

No que se refere à liquidação das taxas devidas pela realização da operação urbanística ora em apreciação, as mesmas já tinham sido liquidadas através de Doc. Receita n.º 2018/3/540 de 2018/02/08, aquando do deferimento do pedido inicial de alteração/ampliação da habitação.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 09.08.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pela interessada.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.09. -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MURO DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 274/18 - ADAMASTOR BATISTA - LUGAR DE CORTINHEIRAS, ARGEMIL DA RAIA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 13.08.2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Através de requerimento n.º768/18 o Sr. Adamastor Batista na qualidade de proprietário veio dar início ao processo n.º274/18 solicitando nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE) bem como do artigo 73-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação para o concelho de Chaves(RMUE) , a legalização da obra de edificação destinado a habitação e respetivo muro de vedação em Argemil da Raia.- Refira-se ainda que se trata de uma licença especial de legalização dado o requerente pretende ainda proceder à pintura do muro e à elevação do mesmo através de chapas metálicas. Por requerimentos n.º1276/18 e n.º1644/18 foi completado o processo.-----

1.2. Antecedentes-----

Por compulsa em arquivo da divisão não se vislumbram antecedentes ao processo.-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização.-

3. Enquadramento da pretensão-----

3.1. Enquadramento no regime jurídico-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de edificação de imóvel destinado a habitação e muro de vedação.-----

3.2. -Nos regulamentos municipais-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC-Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 de seguida designado por RMUE. Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu n.º13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização. -----

Em relação ao muro de vedação o alinhamento do muro tem enquadramento no ponto 3 do artigo 21 do RMUE-----

3.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

4. Características e análise da pretensão -----

4.1. Caracterização e análise legislativa-----

Pelos requerimentos o proponente pretende proceder à legalização de um imóvel destinado a habitação com uma área de implantação de 170.30m2, área bruta de construção de 352.90m2 inserida num prédio rustico com 1510m2, todo ele inserido em espaço urbano U3. Vem ainda

legalizar o muro de vedação e requerer licença especial de legalização para conclusão das obras.-----

Face ao tipo de construção dispersa existente na envolvente, constituído por moradias isoladas não se deverá aplicar a "moda da cércea " como parâmetro urbanístico essencial mas sim e ainda nos termos da alínea a1) do artigo 19 do regulamento do PDM os seguintes parâmetros correspondente à classe U3 .-----

- $I_c=0,23$ previsto é consequentemente inferior ao máximo permitido para o local de $I_c =0,8m^2/m^2$.-----

- A altura da edificação é de 6.30m também inferior a 7,5m que é o máximo permitido.-----

- o nº de pisos é igual ao máximo admissível de dois.-----

Verifica-se ainda que a área total de implantação do edifício é inferior a 65% da área do terreno cumprindo assim a alínea d) do mesmo articulado.-----

4.2. Parecer tendo em consideração o auto de vistoria-----

Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-05-24 da qual se anexa de seguida copia do essencial.-----

4- Da análise dos elementos probatórios apresentados, constatou-se que se mostram adequados;

5- O requerente pretende pintar o muro frontal e colocar chapas metálicas com 1,00 metro, o que nos parece necessário e adequado;

6- A habitação unifamiliar possui uma varanda à extrema da parcela e quatro quartos e uma instalação sanitária;

Através dos requerimentos n.º1276/18 e nº1644/18 veio colmatar as deficiências lavradas em auto nomeadamente por transferir o uso de um quarto para arrumos e em relação ao muro promover ainda o licenciamento da conclusão do mesmo.-----

5. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

- Por requerimento n.º1276/18 e nº1644/18 verifica-se que foram sanadas as deficiências verificadas em auto vistoria realizada a 24 de maio. -----

Donde se constata não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa.-----

6. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 4 da presente informação e conclusão descrita no ponto 5, sou a propor o deferimento do pedido de licença especial de legalização referente à edificação de imóvel destinado a habitação e respetivo muro de vedação numa extensão de 40metros.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar

os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março -----

Nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações de legalização de anexo e alpendre é de 1.195,60 € de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Anexo :Calculo do valor das taxas municipais-----

- Cálculo das taxas administrativas-(TA) -----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos n.ºs anteriores, acresce ao valor referido em 1	40	1,00 €	40,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL			203,15 €

Calculo das taxas de infraestruturas -TI

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)					
QUADRO I				custos (C)	Ci/m	
		s/n	larg.	C/m	C/m2	Ci/m-€ /m
	Faixa de rodagem					
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa		5		14.21	71.05
REDE DE ÁGUA		1		21.61		21.61
REDE DE ESGOTOS		0		34.12		0.00
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0		45.49		0.00
	C - custo das obras existentes na via pública / m- €/m					92.66
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					40m
	Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º					
	T = C x m x 0,25				T =	926.60€

Calculo das taxas de vistoria-TV

	Vistorias -artigo 75º	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			0,00 €
2aº)	habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL			65,85 €

taxas administrativista -TA	203,15
taxas de infraestruturas-TI	926,60 €
taxas de vistorias- TV	65,85 €
Valor total	1.195,60 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.08.2018:-----
Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Habitação Unifamiliar com dois pisos e muro de vedação), o qual deverá ser titulado por alvará especial de legalização a requerer pelo interessado.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.20. -----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20.08.2018.-----
À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. LOTEAMENTO COM O ALVARÁ N.º 1/06 - FERNANDO DIAS - RETIFICAÇÃO DO MAPA DE QUANTIDADES - PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente a informação nº 241/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 28 de junho de 2018, deliberou por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista á adjudicação da empreitada em causa.-----

2 - Não foi apresentada nenhuma lista de erros e omissões, nem colocado nenhum pedido de esclarecimentos dentro do período legalmente fixado para o efeito, pelo que não foi feita nenhuma retificação das peças até ao segundo terço do prazo, tal como estipula o n.º 5 do artigo 50.

3 - Foi, no entanto, detetado um erro no mapa de quantidades, designadamente no capítulo 1 - Arruamentos; subcapítulo 2 - Movimento de Terras - Terraplenagens; Artigo 1.2.1.2 - Carga, Transporte e colocação em aterro dos materiais provenientes da escavação, incluindo espalhamento e compactação (com empolamento de 20%).-----
Neste artigo, onde se lê 10.521,52 m², deverá ler-se 10.521,52 m³.---

4 - Nos termos do exposto no n.º 7 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar pode proceder a retificações das peças do procedimento, até ao final do prazo de entrega das candidaturas, devendo atender-se ao disposto no artigo 64.º-----

5 - A presente retificação não procede a alterações fundamentais das peças do procedimento, já que se trata de um erro de transcrição e não de projeto, pelo que não carece de prorrogação de prazo.-----

II - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:-----

a) A aceitação da proposta de retificação, salientando-se que a mesma não implica a alteração do preço base.-----

b) Que, dado que a presente informação não se encontra agendada para a próxima reunião de ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 9 de agosto, não podendo, assim, estar presente na mesma para aprovação, e, tendo em consideração que o fim do prazo previsto para a apresentação das propostas é já no dia 10 de agosto, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a retificação proposta, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município-----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 23 de agosto de 2018, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

d) Nos termos do n.º7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão.-----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o n.º3 do artigo 64.º do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder á prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas.-----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas mantém-se no dia 10 de agosto de 2018, até às 17 horas.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 8 de agosto de 2018-----

A Técnica Responsável na ausência da Chefe de Divisão-----
(Fernanda Serra)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.08. -----

Visto. Concordo. Proceda-se conforme preconizado nesta informação técnica.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 08.08.2018. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

**VII
EXPROPRIAÇÕES**

**VIII
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. ANÍBAL DE JESUS MACHADO. INFORMAÇÃO Nº153/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº153/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.---

1. INTRODUÇÃO: -----
Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 24 de julho de 2018, um pedido em nome de Anibal de Jesus Machado, contribuinte n.º157121704, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação no Largo do Outeiro nº12, Amoinha Velha.-----
A 09 de julho de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração da Segurança Social e declaração do Centro de Emprego;-----

2. DO DIREITO:-----
Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----
O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----
A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 571,83€ mais juros;-----
Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
Considerando que o valor da dívida está compreendido entre os 501€ e os 750€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 75€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 11 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 571,83€ mais juros por parte da peticionária, em 11 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 31 de julho de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----
no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.07. -----

À Reunião de Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. CONCURSO PÚBLICO Nº1/SC/2018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019 - RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº20/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, no dia 14 de junho de 2018 autorizou a abertura de um procedimento por concurso público para aquisição de serviços de transporte terrestre de alunos, em circuitos especiais, para o ano letivo de 2018/2019; -----

- Considerando que, dentro do prazo estabelecido para apresentação de propostas, deram entrada nos serviços administrativos municipais as propostas das seguintes empresas:-----

- Ovnitur - Viagens e Turismo, Lda;-----

- Auto Viação do Tâmega, Lda.;-----

- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves.-----

- Considerando que, no dia 27 de julho de 2018, o júri responsável pela condução do presente procedimento elaborou o relatório preliminar no qual propôs a adjudicação provisória das propostas apresentadas pelos concorrentes devidamente identificados no citado relatório;----

- Considerando que, nos termos do disposto nos artigos 123º e 147º do CCP, o relatório preliminar foi enviado a todos os concorrentes a fim de estes se pronunciarem sobre o mesmo;-----

- Considerando que, dentro do prazo concedido para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita -, veio o concorrente "Auto Viação do Tâmega, Lda." participar na tomada de decisão, conforme o exposto no relatório final, elaborado pelo júri responsável pela condução do presente procedimento;-----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.-----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----

- a) Que se remeta, para aprovação, o relatório final, à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos;--
- b) Nos termos do disposto no artigo 290º-A do CCP, que seja designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, a técnica superior, Dr.ª Zuleika Alves. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 20 de agosto de 2018 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Relatório final -----

Informação DDSC nº189/SE nº76/2018 -----

Minutas dos contratos -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DR. FRANCISCO MELO, DE 2018/08/20 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FLAVIENSE/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 44/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando que, mediante ofício, de 25/01/2018, veio a ser notificada a **Associação Desportiva Flaviense**, para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, num total de **65,22€**, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos;

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

3. Considerando que, a **Associação Desportiva Flaviense** veio, mediante comunicação via e-mail datada de 08/08/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, em 3 (três) prestações, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

II - Estratégia a adotar: -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pela **Associação Desportiva Flaviense**, num valor total atual, de **65,22€**, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em 3 (três) prestações mensais, a liquidar até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida, acrescido de juros de mora vencidos que devem ser regularizados no momento do pagamento da última prestação. -----

b) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações; -----

c) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

d) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação à **Associação Desportiva Flaviense**, para conhecimento. -----

Chaves, 12 de agosto de 2018. -----

A Chefe de Divisão Financeira -----
(Dr.^a Márcia Santos) -----

Anexo: listagem de valores em dívida. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DR. FRANCISCO MELO, DE 2018/08/16 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL - PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 37/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento e Fundamentação -----

1. No passado dia 12 de junho de 2013, sob Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 20 de maio de 2013, a Assembleia Municipal de Chaves aprovou o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal. ----
 2. Tal regulamento define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais, no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal - PIM -, tendo em vista conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização. --
 3. Ao abrigo de tal quadro regulamentar, veio a promotora **Solar Investment Imobiliária, Lda**, NIPC 514 567 520, requerer a classificação de PIM para o projeto de investimento a concretizar na Rua de Santa Rita, n.2, na **freguesia de Outeiro Seco**, concelho de Chaves, nos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.ºs **504/19870728 e 3519/19870728** e inscritos nas respetivas matrizes urbana e rústica, com os artigos **123º e 4945º**, e, conseqüentemente, a redução de IMI e de taxas urbanísticas, ao abrigo do quadro legal, em matéria do regime financeiro autárquico, atualmente, em vigor. -----
 4. Sob a Informação/Proposta n.º 51/2018, da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, subscrita pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, o executivo camarário em sua reunião ordinária do passado dia 01 de junho de 2018, atribuiu a classificação de PIM à candidatura apresentada pela sociedade "**Solar Investment Imobiliária, Lda**", e aprovou a concessão de benefícios tributários municipais, consubstanciados numa **redução de 80% do valor do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, e numa redução de 75% das taxas urbanísticas municipais**, devidas pela emissão do título administrativo de autorização de edificação e pela correspondente emissão da autorização de utilização. -----
 5. E, no passado dia 24 de julho de 2018, veio a ser outorgado, entre este Município e a citada sociedade promotora, o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais, de acordo com a minuta genérica previamente aprovada pelos competentes órgãos autárquicos, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º3, do Artigo 8º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, documento que, nos termos do disposto no Artigo 12º do citado Regulamento deve ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----
- II - Da Proposta em Sentido estrito** -----
- Assim, face ao acima exposto, e tendo em vista levar ao conhecimento dos competentes órgãos autárquicos o teor concreto do contrato, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da seguinte estratégia procedimental: -----
- a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista a que o aludido órgão autárquico, legalmente, competente, à luz do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no n.º 9, do Artigo 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, tome conhecimento, e a fim, aprove, o benefício tributário municipal em concreto concedido à empresa **Solar Investment Imobiliária, Lda.**, pelo investimento na implementação de um empreendimento turístico, na área da hotelaria, restauração, saúde e bem estar e património arquitetónico, denominado **Solar Thermal Institute**, composto por Hotel (com a classificação pretendida de 5 estrelas), Thermal SPA,

restaurante, salas multifuncionais de terapias e bar, mediante a reabilitação do imóvel popularmente conhecido como **Solar dos Montalvão**, sito na Rua de Santa Rita, n.2, **Freguesia de Outeiro Seco**, nos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.ºs **504/19870728** e **3519/19870728** e inscritos na respetiva matriz com os artigos **U-123º** e **R-4945º**, respetivamente, consubstanciado na:

i) Redução de **80%** do valor devido pelo **IMI**, determinado após a realização da avaliação pelos competentes serviços da Autoridade tributária e Aduaneira; -----

ii) Redução de **75%** do valor devido pelas **taxas urbanísticas municipais**, as quais serão apuradas após a aprovação do respetivo projeto urbanístico e cálculo das taxas devidas pela emissão dos correspondentes títulos de autorizações administrativas, nas condições contratualizadas, conforme expresso no contrato registado nos serviços municipais sob o n.º 26/2018, que se anexa à presente Informação/Proposta; -----

b) Seguidamente, para efeitos do disposto no Artigo 12º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, e tendo em vista a monitorização das condições de celebração e execução do contrato, deverá o mesmo ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal, na próxima sessão ordinária daquele órgão deliberativo; -----

c) Por fim, em vista à determinação do quantitativo do benefício outorgado, logo que se mostrem reunidas as necessárias condições jurídico-administrativas, deverá ser celebrada Adenda ao Contrato, concretizando o montante da redução do benefício, devendo, também, a mesma ser levada ao conhecimento dos competentes órgãos municipais. - À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

Chaves, 16 de agosto de 2018. -----

A Técnica Superior, -----

Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais e Adenda, respetivamente com os registos n.º 26/2018, e respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DR. FRANCISCO MELO, DE 2018/08/20 -----

À reunião de Câmara -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

XII DIVERSOS

1. CANDIDATURA N.º NORTE-08-5673-FEDER-000144 "REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FERNÃO MAGALHÃES" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO N.º 70/DSC/2018, DA DRA. ANDREIA GERALDES, DE 07.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----
 A presente informação visa: -----
- 1.1. Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020 em 31 de julho de 2018, nos termos do parecer global que se apresenta em anexo; -----
- 1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação do apoio financeiro necessário à concretização da Operação, e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----
2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----
- 2.1. Ao abrigo do AVISO N° NORTE-73-2016-02 - "Desenvolvimento de Infraestruturas de formação e Ensino-Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Básico e Secundário)", o Município de Chaves apresentou, no dia 13 de abril de 2018, uma candidatura designada "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Fernão Magalhães", operação esta integrada no "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (PDCT do Alto Tâmega)". -----
- 2.2. Após análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por deliberação da Comissão Diretiva do NORTE 2020, datada de 31 de julho de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 3 de agosto de 2018. -----
3. CARATERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----
- 3.1. A operação em causa consubstancia a reabilitação e modernização do edifício da "Escola Básica e Secundária Fernão Magalhães" no qual se constata que, por falta de uma intervenção integrada, não se encontram reunidas as condições necessárias ao correto funcionamento da função ao que o mesmo se destina, detetando-se inúmeras patologias quer a nível interior quer a nível exterior, que urge colmatar. -----
- 3.2. Assim, no âmbito da candidatura em causa, estabeleceram-se as seguintes prioridades de intervenção: -----
 No edifício e espaços interiores: -----
 - Drenagem/impermeabilização das paredes exteriores em contacto com o terreno (na fachada voltada para a Rua de Santo António); -----
 - Reparações na cobertura do ginásio de maiores dimensões e noutros locais onde foram detetadas patologias; -----
 - Instalação de isolamento térmico nos paramentos horizontais sob os telhados, incluindo a reparação/substituição dos tetos que se encontrem em mau estado; -----
 - Implementação de medidas de auto proteção e segurança contra incêndios; -----
 - Intervenção integral nos laboratórios e no auditório (pavimentos, paredes, tetos, caixilharias, portas, águas e esgotos, exaustão de fumos e recuperação de mobiliário); -----
 Nos espaços exteriores: -----
 - Criação de um novo volume localizado junto ao Largo da Lapa para instalação de portaria de acesso aos alunos; -----
 - Intervenção nas áreas verdes (com plantação de novas espécies arbóreas e arbustivas), tratamento de taludes, repavimentação de todo o espaço exterior, pintura dos campos de jogos, colocação de mobiliário urbano e reforço da iluminação. -----
- 3.3. No âmbito da candidatura em causa, constituiu objetivo fulcral da intervenção a requalificação e modernização das instalações existentes, de modo a serem criadas as condições adequadas de

funcionamento para os níveis de ensino que atualmente aí se lecionam. Visa-se particularmente: -----

- a melhoria das condições do edifício, de modo a que estas respondam às necessidades educativas da comunidade escolar; -----

- o arranjo paisagístico dos espaços exteriores, prevendo-se a requalificação dos espaços lúdico/pedagógicos e desportivos. -----

3.4. Relativamente aos valores de investimento associados à intervenção em causa, foram, em sede de candidatura, apresentados os seguintes: -----

i) Custo Total - 597.381,32 euros; -----

ii) Investimento Elegível Não Participado - 27.381,32 euros; ---

iii) Investimento Elegível - 570.000,00 euros; -----

iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); ----

v) Contribuição FEDER Total - 484.500,00 euros; -----

vi) Autarquia Local - 42.750,00 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Participado). -----

3.5. Analisado o conteúdo constante do parecer global de análise da candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação e respetiva análise de mérito levada a cabo por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,8 pontos. Constata-se ainda que a candidatura em causa foi aprovada com base nos valores de financiamento inicialmente propostos/candidatados, ou seja com um valor de investimento total e elegível de 597.381,32 € e um cofinanciamento FEDER à taxa de 85% de 484.500,00 €, pelo que cumpre neste momento ao Município de Chaves decidir sobre a aceitação do respetivo apoio/cofinanciamento. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1 Considerando a relevância que a implementação do projeto âmbito de candidatura terá para a racionalização e melhoramento da rede escolar (no âmbito do ensino básico e secundário) uma vez que contempla o reordenamento, melhoramento e requalificação das áreas funcionais do equipamento escolar em causa, dotando-o com as condições de utilização exigidas; -----

4.2 Considerando que a candidatura em causa foi aprovada nos moldes candidatados pelo Município; -----

4.3 Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do termo de aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;

4.4 Considerando que, nos termos do nº 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca caso não seja submetido ou assinado o termo de aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão; ---

4.5 Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas no Termo de Aceitação do apoio para financiamento da operação em causa, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos anexos), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Concordância com o teor do Termo de Aceitação do apoio; -----

(ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 10.08.2018 -----

À presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a Reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "Requalificação e Modernização das instalações da Escola Básica e Secundária Fernão Magalhães" - Candidatura N. Norte 08-5673-FEDER-000144 candidata no âmbito do aviso n.º NORTE-73-2016-02 "Desenvolvimento de Infraestruturas de formação e Ensino - Infraestruturas Educativas para o ensino escolar (Ensino Básico e Secundário)"; -----

- Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga de referido termo de aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.--

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 14.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 14.08.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo tecido os seguintes comentários: -----

Congratula-se com a aprovação deste termo de aceitação e com a obra que irá ser realizada, tendo como objeto a Requalificação e Modernização das instalações da Escola Básica e Secundária Fernão Magalhães. -----

Em boa hora, o anterior Executivo Municipal, integrou este projeto como uma prioridade de investimento público, em prol da comunidade educativa beneficiária da requalificação do estabelecimento escolar, em causa. -----

2. REQUERIMENTO EM NOME SR. JOSÉ PEREIRA GOMES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DA SRA. DA APARECIDA, POVOAÇÃO DE CALVÃO, UNIÃO DE FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO, DESTA CONCELHO. INFORMAÇÃO 059/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 9901/18, datado de 08-08-2018, em nome do Sr. José Pereira Gomes, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Santuário da

Sra. da Aparecida, Povoação de Calvão, União de Freguesia de Calvão e Soutelinho, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 09/09/2018-----

• 08:00 - 24:00 h -----

Dia 10/09/2018-----

• 00:00 - 00:30 h -----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento);-----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta baixa perigosidade;-----

4. Na zona envolvente ao santuário, a cerca de 40 metros, na Direção Sudoeste e Este, a perigosidade é Alta a Muito Alta sendo este caracterizado por área de matos;-----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no

documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de duas viaturas de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outras com meios humanos e materiais congêneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.-----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira Fogos de Artifício, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 13.08.2018 --

Visto. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REQUERIMENTO EM NOME SRA. RAQUEL CHAVES QUINTAS. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NO LARGO 8 DE DEZEMBRO, POVOAÇÃO DE VILA VERDE DA RAIA, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 064/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10170/18, datado de 13-08-2018, em nome da Sra. Raquel Chaves Quintas, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Largo 8 de Dezembro, Povoação de Vila Verde da Raia, Freguesia de Vila Verde da Raia, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 01/09/2018 -----

- 08:00 - 24:00 h -----

Dia 02/09/2018 -----

- 08:00 - 24:00 h -----

Dia 03/09/2018 -----

- 00:00 - 03:00 h -----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência

de competências para as autarquias locais. 3 – O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN). Da análise da carta de Perigosidade deparamo-nos com uma área de Baixa perigosidade (carta em anexo);-----

2. A zona envolvente caracteriza-se por área agrícola, pousio com vegetação herbácea de médio porte, solo urbano e terreiro da festa. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos, com áreas de Baixa perigosidade em quase toda a envolvente, excepção na direcção Este em que existe uma parcela de perigosidade Alta a cerca de 70 metros (carta em anexo);-----

3. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pirotecnia Minhota Lda." (Declaração em anexo).-----

4. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

5. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 120 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública; -----

6. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

7. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

8. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

9. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----

- Declaração da firma "Pirotecnia Minhota Lda."-----
 - Extracto da planta de ordenamento do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
 - Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
 - Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública.-----
- DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 13.08.2018 --**
Visto. À reunião de câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO APRESENTADO PELA ACISAT REFERENTE À EDIÇÃO DA FEIRA ANUAL DE TODOS OS SANTOS DE 2018, COM ENQUADRAMENTO NO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 2014 - INFORMAÇÃO 72/DSC/18-TÉCNICO: CRISTIANA MORAIS -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

Com a presente informação pretende-se dar a conhecer ao Executivo Municipal a proposta de Regulamento Geral da Feira Anual de Todos os Santos, para a edição de 2018, apresentada pela Associação Empresarial do Alto Tâmega - ACISAT, para aprovação nos termos da alínea b) da Cláusula 7.^a do "Protocolo de Cooperação", celebrado entre o Município de Chaves e a ACISAT, a 16 de setembro de 2014. -----

2. ASPECTOS RELACIONADOS COM O PROTOLO CELEBRADO COM A ACISAT EM MATÉRIA DE ORGANIZAÇÃO DA FEIRA DOS SANTOS -----

2.1. Na reunião do Órgão Executivo Municipal, realizada em 1 de agosto de 2014, sob a Proposta n.º 80/GAPV/2014, foi aprovada a minuta de "Protocolo de Cooperação entre o Município de Chaves e a ACISAT em vista à organização e realização da Feira Anual de Todos os Santos", sendo também legitimado o Senhor Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado Protocolo de Cooperação, cuja cópia se anexa e o respetivo teor aqui se dá por reproduzido (Anexo DOC 1). -----

2.2. Embora o referido protocolo tenha estabelecido as condições para a edição da Feira dos Santos do ano de 2014, segundo o n.º 1 da cláusula 10.^a (Duração do protocolo e entrada em vigor), o mesmo é válido para as edições subsequentes, caso nenhuma das partes denuncie o mesmo com a antecedência mínima de seis meses, estabelecendo o n.º 2 que a denúncia referida no número anterior deverá ser efetuada por escrito e enviada à outra parte através de carta registada com aviso de receção. -----

2.3. Ora, como não houve denúncia por parte de nenhuma das partes de tal protocolo e, antes pelo contrário, já foram realizadas duas reuniões com representantes da ACISAT e da CMC, com vista a preparar a edição de 2018, entende-se que o protocolo está em vigor, com todas as disposições do mesmo, pelo que, para efeitos do presente parecer interessa apenas a matéria do regulamento da Feira desta edição de

2018, ou seja, o que respeita ao ajustamento da "Data", da confirmação do "Local" e as responsabilidades da Organização. -----

2.4. Sobre as questões a ponderar para aprovação do regulamento desta edição importa referir o seguinte: -----

(i) No que respeita à data de realização, a mesma já foi previamente acordada entre as partes, sendo consensual os dias 30, 31 de Outubro e 1 de Novembro de 2018; -----

(ii) No que respeita ao local, mantém-se o mesmo da edição já aprovada da edição de 2017, que se ilustra na planta anexa, o qual, na sua globalidade, corresponde à base do protocolo; -----

(iii) No que respeita às responsabilidades da organização da Feira, o n.º 2 da Cláusula 2.ª do protocolo, estabelece que "a organização da Feira Anual de Todos os Santos será da responsabilidade da ACISAT, com o apoio da Câmara Municipal de Chaves", sendo tais responsabilidades elencadas e pormenorizadas na cláusula 7.ª. -----

(iv) No que respeita às obrigações da CMC, as mesmas encontram-se estabelecidas na Cláusula 8.ª do referido protocolo, incluindo a isenção de taxas municipais devidas pela concessão da utilização privativa do domínio público, para além de colaboração e na promoção e divulgação do certame, na realização do Concurso de Gado, na organização da Feira do Gado, nas rotinas de limpeza e recolha de lixo nas áreas e arruamentos de incidência da Feira, bem como na promoção de procedimentos de interesse para o evento. -----

2.5. Finalmente, importa registar que a circunstância desta edição da Feira dos Santos se realizar, em grande parte em vias públicas que foram recentemente reabilitadas, entendeu-se prever no regulamento (n.º 3 do artigo 13.º), em coerência com o previsto na edição anterior, a prestação de cauções à ACISAT, que variam entre 500€ e 1000€, em função da dimensão da tenda, com vista a garantir a reparação de eventuais danos em pavimentos passeios mobiliário urbano e outras infraestruturas existentes. -----

3. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA -----

3.1. Considerando que, a realização de feiras por entidades privadas está sujeita ao regime previsto no Decreto-lei 10/2015 de 16 de Janeiro, nos termos do qual a respetiva instalação e gestão são da exclusiva responsabilidade da entidade gestora, a qual tem competências para fiscalizar o cumprimento do respetivo regulamento interno. -----

3.2. Considerando que a ACISAT, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com o Município, a 16 de setembro de 2014, em vista à organização e realização da Feira Anual de Todos os Santos, nos termos da sua alínea b) da Cláusula 7.ª, deve elaborar a proposta de regulamento Geral da Feira, a submeter à aprovação da Câmara Municipal, tendo como enquadramento o Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro.

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, para conhecimento e aprovação da proposta de Regulamento Geral da Feira Anual de Todos os Santos, para a edição de 2018; -----

4.2. Alcançado tal desiderato, deverá a ACISAT ser notificada, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

1. A presente informação satisfaz os requisitos legais e

regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para que profira despacho no sentido de submeter o processo a reunião do executivo municipal para conhecimento e aprovação da proposta de Regulamento Geral da Feira Anual de Todos os Santos, para a edição de 2018; -----

3. Caso venha a ser deliberado em conformidade com o preconizado, os serviços devem promover a notificação do interessado nos termos previstos no artigo 114.º do CPA. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO, ARQº RODRIGO A. L. MOREIRA, DE 17/08/2018-----

1 - A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2 - Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para que profira despacho no sentido de submeter o processo a reunião do executivo municipal para conhecimento e aprovação da proposta de Regulamento Geral da feira Anual de Todos os Santos, para a edição de 2018; -----

3 - Caso venha a ser deliberado em conformidade com o preconizado, os serviços devem promover a notificação do interessado nos termos previstos no artigo 114º do CPA. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 20.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 20/08/2018 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do nº. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo manifestado a sua concordância com os comentários apresentados, durante a presente reunião, pelos Vereadores do Partido Social Democrata e relacionados com a organização da Festa dos Povos. -----

De facto, este ano, registaram-se muitos boatos, sobre a organização da referida Festa. -----

Apresentou, sobre a matéria, dois exemplos que testemunham a falta de organização da Festa e dos ditos boatos: -----

- O grupo de Cartagena, o qual deveria desfilar durante dois dias da Festa, acabou por desfilar, apenas, um dia, aparentemente, por desencontros com a organização; -----

- A possível deslocalização da Festa, mais para o centro da cidade, para satisfazer o comércio local, veio a ser, recorrentemente, comentada, desconhecendo se tal iniciativa tem, no futuro, algum substrato ou fundo de verdade. -----

A Câmara não deve desvalorizar a Festas dos Povos. -----

A Festa dos Povos deverá ter uma intervenção mais decisiva da Autarquia, não sendo confiada à empresa "EHATB", evitando-se, assim, as coisas estranhas que, este ano, se registaram. -----

É preciso confiar maior exigência na organização da Festa, sendo certo que as empresas a contratar devem cumprir o respetivo caderno de encargos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Não há, até à presente data, qualquer registo de incumprimento contratual por parte dos grupos extra empresa organizadora. -----

2 - A Festa dos Povos registou uma forte afluência de público, sendo o mesmo a maior de todas as Festas, até aqui, realizadas. -----

3 - O evento foi, em crescendo, desde sexta-feira até domingo, tendo tido uma forte projeção mediática. -----

4 - Os objetivos do evento, indissociáveis da dinamização da cidade e da atração de visitantes, foram, claramente, conseguidos. -----

5 - Os serviços municipais tiveram, sobre a matéria, um desempenho excelente, quer a nível de segurança do evento, quer no que diz respeito à sua limpeza e higiene. -----

6 - Tudo isto, sem prejuízo de serem ponderadas novas sugestões que possam permitir, no futuro o melhoramento qualitativo e organizacional do evento, em causa, em todas as suas dimensões. -----

7 - Se o evento, no futuro, crescer o mesmo deverá ser desenvolvido até à zona das termas. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
